

REVISTA DE ESPIRITUALIDADE

RE

PORTUGAL, Alpoim Alves
Santa Edith Stein

VECHINA, Jeremias Carlos
Edith Stein.
Judia, Ateia, Filósofa, Católica,
Carmelita, Mártir, Santa

HERBSTTRITH, Waltrand
A Mensagem Profética de Edith Stein
para a Igreja e para o mundo

VAZ, Armindo dos Santos
O Espírito de Deus na Bíblia

25

EDITH STEIN



REVISTA DE ESPIRITUALIDADE

SUMÁRIO

ALPOIM ALVES PORTUGAL

Santa Edith Stein 3

JEREMIAS CARLOS VECHINA

Edith Stein
Judia, Ateia, Filósofa, Católica
Carmelita, Mártir, Santa 5

WALTRAND HERBSTRITH

A mensagem Profética de Edith Stein
para a Igreja e para o mundo 19

ARMINDO DOS SANTOS VAZ

O Espírito de Deus na Bíblia 27

NÚMERO 25

Janeiro - Março 1999

REVISTA DE ESPIRITUALIDADE

Publicação trimestral

Propriedade

Ordem dos Padres Carmelitas Descalços em Portugal

Director

P. Alpoim Alves Portugal
Centro de Espiritualidade
4630 AVESSADAS

☎ 055.534207 – Fax 534289

Conselho da Direcção

P. Agostinho dos Reis Leal
P. Jeremias Carlos Vechina
P. Manuel Fernandes dos Reis
P. Mário da Glória Vaz
P. Pedro Lourenço Ferreira

Redacção e Administração

Edições Carmelo
Rua de Angola, 6
2780 PAÇO DE ARCOS

☎ – Fax 01.4433706

| | |
|-------------------------------|------------|
| Assinatura Anual (1999) | 3.000\$00 |
| Espanha | Ptas 2.800 |
| Estrangeiro | USA \$ 35 |
| Número avulso | 850\$00 |

Impresso na ARTIPOL - Barrosinhas - 3750 ÁGUEDA

Depósito Legal: 56907/92

SANTA EDITH STEIN

ALPOIM ALVES PORTUGAL

No já passado dia 1 de Maio de 1987, em Colónia, na Alemanha, o Papa João Paulo II falava assim acerca daquela cuja beatificação estava a celebrar: «Judia, filósofa, religiosa e mártir, a Beata Edith Stein representa a síntese dramática das feridas do nosso século e, ao mesmo tempo, proclama a esperança de que é a cruz de Jesus Salvador que ilumina a história».

Mulher invulgar, discípula do grande pensador, o filósofo fundador da fenomenologia, Edmund Husserl, sua assistente, embora o que a tenha celebrizado e melhor no-la faça recordar agora, depois da sua canonização em 11 de Maio do ano passado, tenha sido a sua conversão do judeísmo ao cristianismo seguida da entrada nas Ordem das Carmelitas Descalças e, como tal, tenha sido morta nas câmaras de gás do campo de concentração de Auschwitz.

Graças à sua santidade de vida, ao seu testemunho cristão, à mensagem dos seus escritos, à nova perspectiva desde onde via a Cruz, ao sentido que deu ao seu martírio,... foi canonizada não sem ter gerado alguma polémica em alguns meios judaicos e até laicos. Esta nova Santa revela-nos, sem sombra de dúvida, novos aspectos do rosto imenso e misterioso de Deus Pai, além de obter um lugar seguro e bem merecido na inumerável galeria de sábios da «sábua Alemanha». A Igreja reconheceu, com este gesto, que Deus lhe outorgou, santificando a sua vida e elevando-a a essa dimensão que só Deus é capaz, a santidade.

Na homília da missa da canonização, o Papa João Paulo II pronunciava umas palavras muito expressivas: «Ao lado de Teresa de Ávila e Teresa de Lisieux, esta nova Teresa, aumenta o grupo de santos e santas que honram a Ordem Carmelita». Na verdade, também não deixa de ser interessante o número das «Terasas» que fazem parte dessa brilhante constelação do Carmelo. Uma por cada uma das grandes nações da Europa: Teresa de Espanha (de Ávila), Teresa de França (de Lisieux), Teresa de Itália (Margarida Redi) e esta Teresa da Alemanha-Polónia (Benedita da Cruz, Edith Stein). E não podemos esquecer ainda a Teresa da América, a dos Andes (Chile).

Dedicando o nº 25 de *Revista de Espiritualidade* a esta nova Santa do Carmelo, é uma feliz coincidência. Demos início a esta bela iniciativa de publicar uma Revista de Espiritualidade exactamente quando celebrávamos o IV Centenário da morte de S. João da Cruz (1591-1991). O número «bodas de prata» havia de coincidir com a recente canonização de uma filha dedicada do mesmo Santo, e sua fiel discípula, feliz intérprete da sua doutrina e espiritualidade, Santa Teresa Benedita da Cruz. Certamente que ela, «eminente filha de Israel e fiel filha da Igreja» não deixará de dirigir um olhar para os seus irmãos nesta «subida do monte Carmelo» em cujo cimo está plantada a Cruz, como, aliás, está já presente na mesma caminhada, por vezes íngreme, que é a vida de cada cristão, de cada homem e de cada mulher. São impressionantes as palavras pronunciadas pelo Papa no dia da canonização: «Do escuro, o mais negro, campo de concentração deste século à luz de uma praça de S. Pedro apinhada de gente e inesperadamente inundada por um doce sol. Do escuro da paixão mais atroz à Luz da glória da santidade, solenemente proclamada pelo Sucessor de Pedro. Da ‘derrota’ mais aberrante à vitória mais gloriosa: a vitória da Cruz de Cristo. Hoje... Teresa Benedita da Cruz grita ao mundo inteiro que Deus estava ali com ela, no campo de concentração de Auschwitz, o campo do anti-homem. Com o seu martírio viveu, como ‘caminho’ para o Amor, a violência brutal e o ódio satânico do nazismo».

Com este número começamos a apresentar a figura e a espiritualidade desta grande santa do Carmelo, de toda Igreja. São apenas dois breves artigos introdutórios aos quais outros se vão seguir. O Dr. Armindo dos Santos Vaz brinda-nos a sua profundíssima conferência pronunciada na XV Semana de Espiritualidade e que aqui publicamos na íntegra. Boa leitura!

EDITH STEIN

JUDIA, ATEIA, FILÓSOFA,
CATÓLICA, CARMELITA, MÁRTIR, SANTA*

JEREMIAS CARLOS VECHINA

Breve apontamento biográfico

Edith Stein nasce na cidade alemã de Breslau (hoje Wroclaw, Polónia), Silésia, a 12 de Outubro de 1891, no seio de uma família judia. Aos 15 anos perde a fé de seus pais. Entre 1908 e 1911 faz o liceu. De 1911 a 1915 realiza os seus estudos universitários em Breslau, Göttingan e Friburgo, onde se doutora em filosofia com Edmund Husserl em 1916. Durante dois anos actua como assistente do mesmo mestre. Intenta alcançar uma cátedra de universidade, mas não consegue realizar o seu desejo devido à sua condição de mulher. Sucedem-se anos de crise, de procura, até que no verão de 1921 acontece a sua conversão à fé católica. Recebe o baptismo a 1 de Janeiro de 1922. Entre 1923 e 1931 exerce o magistério de ilustre conferencista e de professora em Speyer; de 1932 a 1933 é docente em Münster. Neste

* A primeira parte deste texto-síntese, elaborado pelo Rev. Padre Jeremias Carlos Vechina, O.C.D., foi publicado numa pequena brochura por ocasião da canonização de Santa Teresa Benedita da Cruz, Edith Stein, em 11 de Outubro de 1998.

mesmo ano, a 15 de Outubro, ingressa no Carmelo de Colónia onde toma o hábito a 15 de Abril do ano seguinte com o nome de Teresa Benedita da Cruz, nome que manifesta o seu amor a Santa Teresa de Jesus, à ordem Beneditina e à Cruz de Cristo, força e sabedoria de Deus. A 21 de Abril de 1935 faz a sua profissão simples e três anos depois a profissão solene. Em finais de 1938 vai para o Carmelo de Echt, na Holanda. A 2 de Agosto é presa pela Gestapo e conduzida ao campo de extermínio de Auschwitz. É beatificada por João Paulo II a 1 de Maio de 1987 em Colónia e canonizada em Roma a 11 de Outubro do ano de 1998.

Síntese doutrinal

«Aquele que procura a verdade, procura a Deus, seja disso consciente ou não»...

«A procura da verdade era como uma oração»...

Esta duas frases, escritas em cartas dirigidas desde o Carmelo podem resumir a história desta grande mulher do nosso século, que encontrou a Verdade, viveu para a Verdade e morreu abraçada à Verdade que é Cristo Crucificado. Outra coisa não fez esta grande mulher, que pertence à raça dos grandes pesquisadores da verdade, nos seus 51 anos de vida. Trata-se de uma figura humanamente singular, atractiva, fascinante que neste final de século e de milénio alcança uma particular dimensão profética. É uma irmã e companheira de caminhada para todos: cristãos, judeus, agnósticos, ateus..., mulheres e varões, jovens e adultos. A sua vida é «uma dramática síntese do nosso século» (João Paulo II). A sua mensagem impressiona pela sua clarividência e acicate principalmente no que se refere à missão e tarefa da mulher na sociedade e na Igreja.

Edith Stein nasce no seio de uma família judia pelos quatro costados. É educada na fé do Deus de Israel. Ela sempre se sentiu judia. A sua mãe educou-a num ambiente de profunda religiosidade. O seu pai morre quando ela ainda não tinha cumprido dois anos de idade. Apesar do ambiente religioso que se respirava na família nenhum dos

seus irmãos permaneceu fiel à prática religiosa. De onze filhos, apenas sobreviveram sete: quatro morreram vítimas do nazismo (Paulo, Frieda, Rosa e Edith).

A mãe viúva, qual mulher forte da Bíblia conseguiu levar por diante a educação e formação de seus filhos, permanecendo sempre profundamente enraizada na fé. Dela escreverá Edith: «Quando eu tinha perdido a fé da minha infância, disse-me em certa ocasião, como uma prova da existência de Deus: “Não posso acreditar que tudo o que consegui é devido às minhas próprias forças”».

Edith perde a fé

Apesar de tudo, Edith perde a fé infantil e passa por uma etapa, dos 14 aos 21 anos, de profunda escuridão. Estando em casa de sua irmã Elsa, em Hamburgo, rompe com toda a prática religiosa: «Aqui, com plena consciência e livre decisão, abandonei a oração». Ela fala de uma «etapa de ateísmo», contudo seria mais correcto falar de agnosticismo, indiferença e vazio religioso.

Rompe com a prática religiosa mas moralmente vive uma vida íntegra. Ela ama a verdade e odeia a mentira. Gosta de fazer o bem ao seu semelhante... e procura... É clara a sua vocação intelectual e decide estudar filosofia. No seu vazio interior acredita e espera que a filosofia lhe traga a luz interior que falta.

À procura da verdade

Em 1911 entra na universidade, não para «tirar» boas notas ou para «colocar-se» bem na vida, como ela escreverá, mas para saber; quer encontrar e dar um sentido à sua vida. Para isso mergulha no estudo, de tal maneira que, muitas vezes nem sabe o que come. Ouve falar de Husserl, do seu método fenomenológico e encaminha-se para Göttingan, esperando encontrar nas lições do mestre o caminho para a verdade. Estes anos são decisivos. Nesta bela cidade faz longos passeios,

é generosa com as suas amizades e mais aberta à sua família a quem escreve todas as semanas. Estuda intensamente: levanta-se às seis da manhã e deita-se à meia-noite. Interiormente encontra-se submetida a um verdadeiro combate que durará vários anos e lhe causará grandes sofrimentos. Mais tarde escreverá: «Atravessava uma crise interna, desconhecida dos meus familiares e que não podia resolver em casa... Por aquela época a minha saúde ficou afectada por causa do combate que sofria em total segredo e sem nenhuma ajuda humana».

Um mundo desconhecido

O encontro com o filósofo Max Scheler foi providencial. As suas lições ultrapassam o campo estrito da filosofia e levam Edith a um primeiro contacto com um mundo para ela, até então, completamente desconhecido. «Não me conduziu ainda à fé, mas abriu-me a uma esfera de “fenómenos”, diante dos quais não podia passar cega. As barreiras dos preconceitos racionalistas, em que me havia educado, caíram e o mundo da fé apareceu subitamente perante mim». A este período refere-se ela, quando mais tarde escreve: «O meu anelo pela verdade era como uma singular oração».

Generosidade na entrega

Há um traço da sua personalidade que não podemos esquecer e que se revela no ano de 1915, em plena guerra. Edith, judia, sente-se plenamente alemã e prussiana e quer manifestar a sua solidariedade de uma forma concreta. Faz esta reflexão: «Agora não tenho vida própria. Todas as minhas forças se devem ao grande acontecimento. Quando a guerra tenha passado e, se nessa altura ainda viver, poderei pensar nos meus assuntos privados».

Edith, depois da devida preparação, alista-se como enfermeira auxiliar da Cruz Vermelha num hospital de campanha. São uns meses de entrega generosa e abnegada. O seu comportamento moral é

irrepreensível, apesar dos perigos que se dão nestas situações e a que ela alude na sua *Autobiografia*.

De regresso à universidade supera as provas do doutoramento *Summa cum laude*. No espírito de Edith tudo se vai preparando para o encontro com a verdade que tanto anela.

O encontro da verdade

É claro que no caso de Edith não se dá uma conversão repentina. Ela não descreveu as causas e os passos que a levaram à conversão. Costumava dizer: «o meu segredo para mim». Contudo, em algumas cartas, encontramos pistas orientadoras que nos podem facilitar a reconstrução, senão do processo completo, pelo menos de alguns factos decisivos. Escrevia ela a uma amiga: «Deus leva a cada um pelo seu próprio caminho». Qual foi o dela?

Numa viagem a Friburgo, em 1916, detém-se na cidade de Frankfurt e com uma amiga visita a catedral. É ela a contar. «Entrámos um minuto na catedral, e enquanto estávamos ali em respeitoso silêncio, chegou uma mulher com a sua cesta de compras e ajoelhou-se num banco para fazer uma breve oração. Isto era para mim algo totalmente novo. Às sinagogas e às igrejas protestantes, que eu tinha visitado, somente se ia para os ofícios religiosos. Mas aqui alguém acudia no meio das suas ocupações diárias a uma igreja vazia, como para um diálogo confidencial. Isto não o pude esquecer nunca».

Recebida a notícia do seu grande amigo Adolf Reinach, caído no campo de batalha de Flandres, encaminha-se para casa da viúva, Ana, para a consolar e tratar da publicação dos escritos filosóficos de seu marido. Para lá se encaminha mas não sabe como consolá-la. Chega de surpresa e qual não foi o seu espanto?! É Ana que se mostra cheia de paz e esperança e fala a Edith de Cristo e do sentido da sua Cruz, como passagem para a Ressurreição. Mais tarde comentará: «Este foi o meu primeiro encontro com a Cruz e com a força divina que é transmitida aos que a levam... Foi o momento em que se rompeu a minha incredulidade e Cristo resplandeceu. Cristo no mistério da Cruz...». Contudo, faltam ainda quatro anos para a total capitulação.

Também a impressiona profundamente um caso que teve lugar numa casa de camponeses, em que ela se hospedou aquando de uma excursão feita com umas amigas. Tinham marchado desde Friburgo a Feldberg. Faz-lhe uma grande impressão ver e ouvir a oração do pai de família católico, feita em união com os seus criados, antes de partirem para o campo.

Casos e casos..., chamamentos e chamamentos... Porque é que não dá o passo definitivo? Ela própria escreveu: «É que não souo ainda a hora da graça».

A hora da graça

Esta acontece numa noite de Verão de 1921, fins de Junho. Edith encontra-se na casa duns seus amigos convertidos à fé em Cristo, mas dentro duma confissão luterana. Aqui chega num momento de profunda crise. Os amigos tinham saído naquela tarde-noite e Edith encontra-se só em casa. Toma da biblioteca um livro, ao acaso, cujo título é *Vida de Santa Teresa de Jesus*, escrita por ela mesma. Leu-o de uma assentada, sem poder suspender a sua leitura, e ao terminar a última página exclama emocionada: «Isto é a verdade...» A partir deste momento muda radicalmente tudo na sua vida. Decide fazer-se cristã e católica.

Na manhã do dia seguinte compra um catecismo e um missal. Assiste pela primeira vez à missa; fala imediatamente com o sacerdote e pede o baptismo na Igreja católica.

A comunicação da verdade

Depois da sua conversão, Edith dedica vários meses ao estudo e à oração. Mas a Verdade encontrada deve ser comunicada. Impedida de conseguir a cátedra universitária pela sua condição de mulher, exerce o seu magistério no Colégio das Irmãs Dominicanas de Espira. Dá aulas de alemão, de história, de literatura, de filosofia, às raparigas que fazem o liceu e a outras que se preparam para ser professoras.

Também as jovens religiosas assistem às suas aulas a fim de completarem a sua formação. Além do ensino dedica-se também a outras tarefas científicas: traduz Newman, São Tomás e colabora em revistas filosóficas. A professora e pedagoga converte-se em ilustre conferencista, participante activa em círculos e congressos, sempre apoiada nos seus profundos conhecimentos e, de maneira explícita, na sua fé católica.

Nos seus anos de estudante universitária tinha sido uma ardente feminista o que lhe ocasionou não poucos dissabores. Uma vez convertida ao catolicismo o seu feminismo serena e cristianiza, mas continua a ser uma pioneira. É chamada a dar conferências em muitas cidades alemãs e noutras de Áustria e Suíça. Nelas trata de temas filosóficos e pedagógicos, dando especial atenção aos problemas da mulher. É escutada por um público predominantemente feminino, mas não faltam os homens e entre eles bastantes sacerdotes.

O abraço com a verdade crucificada

O ano de 1933 é um ano terrível para a Alemanha e o mundo. Adolfo Hitler chega ao poder legalmente e põe em prática as suas ideias anti-semíticas. Edith é uma das suas vítimas. Não pode ensinar. Todos os planos humanos caem por terra. Parece não restarem dúvidas do seu chamamento à vida contemplativa. Não se trata de decepção, fuga ou procura de um refúgio. Numa longa oração diante do Santíssimo toma a sua decisão: será carmelita de clausura. Vencendo todos os obstáculos entra no Carmelo de Colónia para se abraçar com a Cruz de Cristo, essa Cruz «escândalo para os judeus e loucura para os gentios, mas força de Deus e sabedoria de Deus para os eleitos... (*1Cor 1,23s*)». A entrada no Carmelo de Colónia é como a chegada ao porto desejado.

A perseguição aos judeus está em marcha. Nem sequer se respeitam os muros dos conventos. Teresa não quer pôr as suas irmãs em perigo. Fazem diligências para ir para um Carmelo da Palestina, mas a licença não é concedida. As irmãs do Carmelo de Echt, na Holanda, recebem-na. Depois da tristemente célebre noite de 9 de Novembro de 1938, em que foram saqueadas e destruídas 7.500 casas de judeus e quase 200 sinagogas, um furioso vendaval desaba sobre os

judeus. A 31 de Dezembro de 1938 Teresa parte para Echt, acompanhada pelo médico da comunidade. Ela é consciente da situação e prepara-se interiormente para a crucifixão. É impressionante o Testamento espiritual, assinado no dia 9 de Junho de 1939, termo dos seus Exercícios Espirituais: «A partir de agora aceito com alegria, e com absoluta submissão a Sua santa vontade, a morte que Deus dispôs para mim. Peço ao Senhor que aceite a minha vida e a minha morte para honra e glória Sua..., em expiação pela incredulidade do povo judeu e para que o Senhor seja aceite pelos seus e o Seu Reino chegue em glória; pela salvação da Alemanha e a paz do mundo, finalmente, pelos meus familiares, vivos e defuntos e todos aqueles que Deus me deu: que nenhum deles se perca».

Teresa coloca-se «nas mãos de Deus», frase que aparece com frequência nas cartas desta época. A Maria, Mãe de Jesus, numa bela poesia desta fase da sua vida, manifesta os seus desejos de partilhar com ela a paixão e morte de Jesus: *Junto à cruz conTigo quero estar*.

A hora chegou: às cinco da tarde de Domingo, 2 de Agosto de 1942 é presa pela Gestapo juntamente com a sua irmã Rosa, também ela convertida ao catolicismo e levada para o campo de concentração e, por fim, para o campo de extermínio de Auschwitz. A crucifixão e morte acontece na manhã de 9 de Agosto na câmara de gás. Nesta manhã Edith alcança a Verdade plena e chega a ser realmente Santa Teresa Benedita da Cruz.

Espiritualidade de Edith Stein

a) Espiritualidade do abandono

Não é necessário um conhecimento muito profundo dos escritos espirituais de Edith para chegar à conclusão de que ela está em sintonia com a tradição espiritual do Carmelo. Percebe-se claramente nos seus escritos a continuidade temática e vivencial com a espiritualidade dos mestres do Carmelo.

Um dos temas que sobressai é o *abandono* nas mãos de Deus. Depois da sua conversão esta atitude de abandono representa o seu caminho pessoal de entrega a Deus. Edith desenvolve este tema de acordo com a escola teresiano-sãojoanista, embora a terminologia que usa nem sempre coincida. E dentro deste tema, apresenta a visão que tem das virtudes teologais que jogam um papel único na espiritualidade do Carmelo.

O «abandono», o «colocar-se nas mãos de Deus», corresponde à essência íntima da vocação de uma pessoa que procura.

A espiritualidade carmelitana, desde as suas origens, está marcada por esta dinâmica de entrega total nas mãos de Deus. Os grandes santos pertencentes à reforma teresiana assim o compreenderam, viveram e descreveram nos seus escritos. É uma das heranças que marca o estilo de vida do Carmelo teresiano.

Edith Stein entra nesta escola, lê, vive e interpreta esta herança espiritual. Neste caminho de entrega incondicional a Cristo, Teresa de Jesus é a sua grande mestra, embora ao tratar este tema se note uma maior relação com S. João da Cruz. A ele dedica a sua última obra, a *Ciência da Cruz*, escrita num momento espiritualmente denso, em que devido às circunstâncias históricas, o tema do abandono é a sua vivência profunda. Também a experiência da grande santa da sua época, Teresa do Menino Jesus, não lhe é alheia; com ela partilha a mesma vocação.

Ela vai viver em toda a sua radicalidade esta espiritualidade do abandono na medida que a vai descobrindo e compreendendo. Depois da sua conversão, Edith queria abandonar materialmente todas as coisas; mais tarde descobre que o abandono é uma atitude interior que não se deve confundir com pietismo nem passividade. Para ela o abandono supõe uma atitude voluntária por parte do homem em vista a colaborar com a graça de Deus. Podemos identificar esta atitude com o desenvolvimento da vida teologal.

b) A «noite» sãojoanista

Edith encontra-se fortemente com a doutrina de S. João da Cruz no tempo em que escreve a sua última obra, a *Ciência da Cruz*. Ela, com certa originalidade, vê o pensamento sãojoanista como caminho de

Cruz, numa linha de crescimento espiritual progressivo, como mistério de morte e ressurreição. Neste caminho a experiência da «noite» joga um papel importantíssimo. «Noite» como símbolo de uma vivência espiritual que em si contém todo o processo progressivo do abandono em Deus que implica negação, desprendimento, purificação, etc... Todo este processo está motivado por um único fim: a união do homem com Deus.

c) Diálogo entre graça e liberdade

No caminho do abandono, tal como S. João da Cruz o apresenta, existe participação, colaboração entre a graça divina e a vontade livre da pessoa humana. Isto vê-se claramente nos escritos dele, nos quais a vida teologal é a base e fundamento necessário para alcançar a união e, por suposto, para realizar a caminhada. Estes aspectos são muito sublinhados na leitura que Edith faz do Santo.

É o homem que deve tomar a decisão de entrar na «noite». «Por própria opção e com as minhas forças».¹ A sua atitude é a de responder sempre afirmativamente ao chamamento de Deus que o convida a iniciar o caminho de fé. A fé que é o único meio que dirige o homem na «noite». «Porque a fé é o caminho através da *Noite* para a meta da união com Deus e nela se realiza o novo nascimento doloroso do espírito, a sua transformação de ser natural em sobrenatural».²

Esta fé vai unida às outras virtudes teologais, insubstituíveis, para entrar e andar no caminho que conduz à união com Deus. Vida teologal que implica a purificação de todas as potências e um «despojamento total... caminho estreito que poucos encontram... que somente pode ser andado por aqueles que não se assustam de nenhuma carga».³ Uma fé pela qual o homem «conhece a sua impotência e a grandeza de Deus»; uma esperança que purifica a memória e «nos ensina a esperar tudo de Deus e nada de nós mesmos ou das criaturas. Esperar dele a felicidade sem fim e renunciar por isso nesta vida a todo o gosto e propriedade» E

¹ Edith Stein, *Ciência de la Cruz*, Monte Carmelo (Burgos 1994), p. 55.

² *Ibid.*, p. 132.

³ *Ibid.*, p. 75.

por fim o amor que «liberta a vontade de todas as coisas, enquanto obriga a amar a Deus sobre todas elas».⁴

Para Edith Stein, a noite sãojoanista desenvolve-se como um permanente diálogo entre Deus e o homem, entre a graça divina e a livre vontade humana que quer chegar à união com Ele.

d) A «noite» como abandono

Edith interpreta a «noite» como abandono, como caminho para a união. E a «noite» como abandono supõe um «morrer e aniquilar-se em tudo aquilo que a vontade aprecia no temporal, natural e espiritual»;⁵ leva consigo «um derrubamento do mundo exterior» e «coloca a alma em solidão, aridez e vazio», mas no meio de tudo «também há uma luz na noite, que descobre um mundo novo no mais profundo da alma, e que de certa maneira, ilumina desde dentro o mundo exterior que nos é devolvido totalmente transformado».⁶

Estes são os elementos que de um modo geral constituem a vivência da «noite». Mas Edith Stein revela a sua originalidade: oferece-nos a leitura das diferentes fases da «noite» sãojoanista sob a forma de abandono, tendo sempre presente o princípio da gradualidade, válido para toda a «noite» e para cada um dos momentos que a compõem.

A primeira fase é a «noite activa do sentido» caracterizada pela actividade livre do homem sob a acção de Deus. A segunda fase é a da «noite passiva do sentido». Aqui a actividade é claramente de Deus acompanhada pelo homem.

Na «noite activa do espírito» o homem vai-se esvaziar de todos os bens sobrenaturais mesmo recebidos de Deus, mas que não se identificam com Ele, para encontrar só a Deus e com Ele se unir. Nesta purificação das potências espirituais as virtudes teológicas desempenham um papel único. «O despojamento que se exige para esta união transformante deve produzir-se no entendimento por meio da fé, na memória pela esperança e na vontade pelo amor. Por meio da fé, já

⁴ *Ibid.*, p. 75.

⁵ *Ibid.*, p. 37.

⁶ *Ibid.*, p. 50s.

dissemos, o entendimento adquire um conhecimento obscuro mas seguro. A fé revela a Deus como luz inacessível, incompreensível e infinito perante o qual falham todas as forças naturais e pelo qual faz com que o entendimento volte ao reconhecimento do seu nada: conhece a sua impotência e a grandeza de Deus. Do mesmo modo a esperança esvazia a memória, porque se ocupa de algo que não possui... Ensina-nos a esperar tudo de Deus e nada de nós mesmos e das demais criaturas. Finalmente o amor liberta a vontade de todas as coisas, enquanto obriga a amar a Deus sobre todas elas. Mas isto só é possível quando se suprimiu o apetite das criaturas».⁷

Existe ainda uma outra fase no caminho do abandono nocturno, fase esta a mais radical e dolorosa: a «noite passiva do espírito». Aqui Deus actua fina e delicadamente, embora esta acção de Deus seja penosa para a pessoa. Sem esta intervenção de Deus seria impossível o homem realizar o desejo de abandonar tudo aquilo que é criado. Esta «intervenção que é a escura e mística contemplação que vai unida ao despojamento de tudo aquilo que até ao presente lhe dava luz, apoio e consolação».⁸ Sente-se o homem abandonado de Deus num completo vazio e escuridão. Será neste estado de espírito que o homem vai realizar o supremo acto de abandono: «abandonar-se na escuridão da meia noite da fé, que é o único caminho para chegar ao Deus incompreensível».⁹ Com este acto de abandono dá-se a união com Deus. Mas isto não quer dizer que a pessoa não tenha que continuar a caminhar na escuridão e a abandonar-se constantemente nas mãos de Deus. Apesar da pessoa humana ter alcançado os altos graus da união mística continua a caminhar na fé até que esta se transforme em visão.

e) A «noite histórica»

O símbolo da «noite», como expressão duma vivência espiritual do homem, está a ser aplicada a certas situações existenciais deste, que se assemelham na sua essência. Fala-se, hoje, das «noites epocais», das «noites culturais», das «noites civilizacionais». E aplica-se ao colectivo

⁷ *Ibid.*, p. 75.

⁸ *Ibid.*, p. 143.

⁹ *Ibid.*, p. 144.

aquilo que os místicos descrevem a nível individual. Edith Stein também usou esta imagem para interpretar a realidade histórica que vivia. Com certa frequência encontramos nos seus escritos ou conferências a expressão «noite do pecado». Embora esta designação apareça clara em si mesma, temos que nos abeirar da sua obra *Ciência da Cruz*. Aqui faz um certo número de considerações sobre o conteúdo e valor desta imagem: «Como a luz penetra com as suas propriedades visíveis todas as coisas, da mesma maneira a noite as engole e ameaça engolir-nos a nós também. O que nela se afunda não é mais que nada: continua a existir, mas indeterminado, invisível e informe como a própria noite ou como uma sombra, um fantasma e, por isso, como algo ameaçador. Nela não só está ameaçado exteriormente o nosso ser por perigos ocultos na noite, mas interiormente afectados pela mesma noite. Priva-nos do uso dos sentidos, impede os nossos movimentos, reduz as nossas forças e atira-nos para a solidão convertendo-nos a nós mesmos em sombras e fantasmas».¹⁰

A presença deste simbolismo nas obras de Edith aparece a partir dos anos trinta. A situação política e social da Alemanha suscita-o. E este simbolismo vai tomando um carácter mais profundo e escatológico a partir de 1939 com a Segunda Guerra Mundial e a perseguição violenta aos judeus. Com tudo isto, a interpretação que ela faz da história não é negativa, simplesmente quer sublinhar a sua realidade pecaminosa.

A noite steiniana tem um fundamento teológico: «o céu e a terra ainda não se uniram»,¹¹ ou seja, a perfeição final ainda não se realizou. Vive-se entre a tensão escatológica e o mundo material, entre a luz e as trevas.

E esta noite torna-se mais densa e toma o nome de «noite do pecado» no momento em que na Alemanha rebenta a guerra e se torna mais forte o anti-semitismo. «A visão do mundo em que vivemos, a necessidade, a miséria e o abismo da maldade são causa suficiente para apagar o gozo do triunfo da luz».¹² A noite do pecado apresenta-se não só contra a humanidade mas também contra Cristo. Este é o seu

¹⁰ *Ibid.*, p. 48s.

¹¹ *ESW XII*, p. 197.

¹² *ESW XI*, p. 121.

sentido mais profundo: «a batalha entre Cristo e o Anticristo ainda não acabou»,¹³ «o mundo está em chamas; o combate entre Cristo e o Anticristo começou declaradamente», «os discípulos do Anticristo fazem-lhe ignomínias muito piores que aquelas que lhe fizeram antigamente».¹⁴

No meio desta noite tão escura, mas que corresponde à realidade, há uma luz que ilumina, uma fonte de esperança que a guia no meio desta escuridão: Cristo é a luz no meio da noite, a sua Cruz é o caminho e a arma para combater as trevas. Essa luz é que impele todo o cristão e o leva a converter-se numa «nova rainha Ester» que intercede pela salvação do seu povo: «... quanto mais profundamente esteja submergida uma época na noite do pecado e no afastamento de Deus, tanto mais necessita de almas que estejam intimamente unidas a Ele. Mas, mesmo nessas circunstâncias, Deus não nos abandona. Da noite mais escura surgem as grandes figuras dos profetas e santos, embora, em grande parte, a corrente vivificante da vida mística permaneça invisível».¹⁵

Perante esta situação de «noite histórica» Edith Stein não tem outra atitude: abandona-se nas mãos de Deus, deixando-se guiar pelas virtudes teologais e tomando a Cristo como caminho, verdade e vida, ciente que Ele venceu o mal pela sua morte e ressurreição.

¹³ *Ibid.*

¹⁴ *Ibid.*, p. 124.

¹⁵ *Ibid.*, p. 145.

A MENSAGEM PROFÉTICA DE EDITH STEIN PARA A IGREJA E PARA O MUNDO*

WALTRAUD HERBSTRITH,OCD

Os profetas recebem de Deus uma tarefa especial. Eles devem falar, enquanto outros se calam; eles indicam os sinais do tempo, quando outros lhes passam ao largo. Na Bíblia aparecem profetisas como Deborah, Hulda, Miriam, entre outras. Na Igreja usaram da palavra profética mulheres como Hildegarda de Bingen, Catarina de Sena, Teresa de Ávila e outras. Pela palavra e pelo exemplo contribuíram no seu tempo para o avanço da Igreja introduzindo Reformas. Também no nosso tempo, há vozes proféticas como Roger Schutz, Edith Stein, Dag Hammarskjöld, entre outros. A voz profética de Edith Stein só muito tarde foi descoberta. Ela pertence às vítimas do nosso século, cujas vidas foram apagadas violentamente. Edith Stein amava o seu povo judeu e amava a Igreja, admitindo-se porventura que se tenha feito pouco para a pôr a salvo a tempo. Depois daquele malogro de Novembro

* Artigo gentilmente cedido para tradução pela direcção da Revista *Christliche Innerlichkeit*, 3-4/1998, (Linz - Áustria), pp. 118-122. Tradução feita por Ernst Erich Wolfgang Corsépius (Lisboa).

de 1938 contra os Judeus, Edith Stein fugiu para a Holanda, pois avaliou realisticamente a sua situação na Alemanha. Quando igualmente este país foi ocupado pelos alemães, também ela teve de iniciar da Holanda, sem ajuda eficaz do exterior, o caminho da morte com os incontáveis e desconhecidos irmãos judeus.

Sobre muitas questões do seu tempo, Edith Stein pronunciou palavras proféticas: acerca do papel da mulher na profissão, na política e no empenho na Igreja, onde deveria encontrar um caminho próprio. Ela exortou a hierarquia da Igreja e também o Papa Pio XI, a intervir a favor dos judeus ameaçados e de «desmontar» o judaísmo teológico.

Edith Stein deu impulsos para a vida da Igreja, que até hoje não foram alcançados. No seu tempo ela foi pioneira, antecipando-se no pensamento da sua época; apontando que a Igreja deve ser uma entidade dinâmica e não estática. Elizabete Größmann escreve a propósito: *«Numa atitude mais progressiva do que até então tinha acontecido, Edith Stein escreveu e falou numa óptica profundamente cristã sobre a mulher na família, na Igreja e em público. A sua imagem humana forma-se com base no empenho espiritual dos anos vinte, na vivência da conversão, numa nova descoberta dos valores humanos e na aceitação absoluta do dogma católico. Contra a desmoralização e as amostras de desagregação do seu tempo, ela considera a Igreja como única fortaleza capaz de oferecer protecção e esperança em casos de carências espirituais e materiais da pessoa humana. A imagem humana de Edith Stein evidencia a mesma confiança patente na linguagem filosófica de orientação religiosa de Peter Wuts e Max Scheler no seu período médio. Mas a posição inabalável da Igreja e o seu mandato de conservar o ‘eterno no Homem’, não foi compreendida como sendo uma imutabilidade das relações concretas, mas justamente uma flexibilidade incomparável de se adaptar às circunstâncias do tempo»*.¹

¹ Gößmann, Elizabete, em Herbstrith, Waltraud, *Edith Stein. Versöhnerin zwischen Juden und Christen*, Leutesdorf, Johannesverlag, 2, Auflage, 1991, pp. 47-48.

Durante uma viagem à Suíça em 1932, onde realizou várias conferências, Edith Stein advertiu as professoras universitárias em Zurique de não se limitarem demasiadamente ao seu papel passivo na Igreja mas de entregarem o seu empenho pela Igreja a acções como Teresa de Ávila, Hildegarda de Bingen e Catarina de Sena.

Ela irritou-se contra os grupos das novas vanguardas políticas, a saber: os nacional-socialistas que queriam destruir o acesso da mulher aos estudos superiores e outras conquistas do movimento feminista para libertar a mulher das obrigações tradicionais. Em 1931 ela disse: *«A época histórica na qual era atribuída, em nítida separação, à mulher as obrigações caseiras e ao homem a luta pela subsistência fora da casa, deve considerar-se sem dúvida terminada, depois da evolução das últimas décadas. Como é que a evolução realmente se processou, não nos é hoje difícil analisar. Os êxitos da ciência e da técnica, que progressivamente substituíram o trabalho humano por trabalho maquinal, trouxeram um grande alívio à mulher e o desejo de outra aplicação das forças libertadas».*²

Edith Stein acentuou que o homem e a mulher devem ser vistos na sua globalidade; que ambos actuem em unidade na Igreja, e que o modelo de comportamento herdado, seja analisado de acordo com as exigências da respectiva época. *«Qual é a atitude da Igreja em relação à mulher?»* perguntava ela. *«Aqui deve fazer-se a distinção entre as atitudes resultantes do Dogma, do direito canónico, dos representantes humanos da Igreja e das que o próprio Senhor toma. Um Dogma ex-cathedra com determinações específicas sobre a mulher e a sua posição na Igreja, não há, mas somente uma tradição. No actual direito canónico não há dúvida que não se pode falar de uma igualdade da mulher e do homem, visto ela estar excluída de todos os cargos da Igreja».*³

«Como já citei», continua ela, *«quando o movimento feminista interconfessional foi instituído, considerou-se impossível haver um*

² Stein, Edith, *Die Frau*, Freiburg, Nauwelaerts Herder, 1959, p. 38 (=Ges. Werke, Bd. V).

³ *Ib.*, pp. 105-106.

*exclusivamente católico. Como me parece, partiu-se de uma concepção errada, na qual se considera que na Igreja tudo está fixo sem modificações, para todos os tempos. Não se repara ingenuamente, que a Igreja tem uma história e que, segundo o seu lado humano, como tudo o que é humano, ficou desde o princípio sujeita a uma evolução, e que esta evolução frequentemente toma também a forma de luta. A maioria das definições dogmáticas são resultados finais antecidos frequentemente de lutas espirituais de dezenas e centenas de anos. O mesmo é válido para o direito canónico, as formas litúrgicas e, em geral, para todas as formas objectivas nas quais a vida espiritual está inserida».*⁴

Esta Edith Stein lutadora, racionalista e objectiva é a mesma Edith Stein que foi beatificada. Esta objectividade e franqueza das análises steinianas, não se podem separar da sua piedade.

Figuras como Edith Stein, que já há décadas se sentiu como europeia, podem ajudar-nos hoje no nosso caminho pedregoso para a unidade na Europa. A ideia europeia não é fácil de se conseguir, tanto política como eclesialmente. Pensar numa forma europeia, quer dizer, pensar não com rivalidade mas com compreensão e receptibilidade. A unidade na multiplicidade dos povos europeus, só se pode conseguir quando tentamos compreender outras culturas e maneiras de pensar. A renúncia à violência, só se poderá tornar realidade, quando se renunciar a antagonismos nacionais. É um processo difícil quando existem preconceitos culturais e religiosos.

A um amigo, o filósofo Roman Ingarden, Edith Stein escrevia em princípio de 1917, portanto ainda no meio do decorrer da Primeira Grande Guerra: *«A minha fé no futuro bem a conhece. Mas ainda que às vezes me sinta extremamente cansada e considere quase insuportável a pressão das situações presentes, não me deixo todavia enganar por tais disposições e espero que melhores tempos me restituam as minhas velhas energias vitais».*⁵ Através do seu

⁴ *Ib.*, p. 116.

⁵ Stein, Edith, *Briefee an Roman Ingarden*, Freiburg, Herder, 1991, p. 2.

amigo polaco, Edith Stein foi desafiada em se interessar pela cultura e a história polacas. Um mês mais tarde ela escreve que queria aprender polaco, para poder compreender melhor a cultura da sua pátria. Em 1918 ela anima Ingarden, que no final da Primeira Grande Guerra compartilhava a antipatia dos seus compatriotas em relação à Rússia, de ler Dostoiewski. Acerca dos «Irmãos Karamasoff» ela diz: «*Basta-me fazer uma leitura neste livro, para me convencer novamente que a Rússia não pode afundar-se agora, mas que ainda tem um grande futuro à sua frente, apesar do caos confuso, que agora aí parece reinar, ou talvez justamente por causa disso. Porque nesse caos estão contidas forças incalculáveis não só físicas mas especialmente espirituais, que lutam pela sua realização e certamente não vão desaparecer, antes de encontrarem a sua forma e se tornarem fecundas para o homem*». ⁶ Que força esperançadora isso não representava para o amigo que, como polaco, não pensava muito positivamente sobre a Rússia, dada a constelação política de então.

Formou o seu pensamento europeu a partir da acção política de Walter Rathenaus, cujo assassinato por extremistas de direita em 1922 ela teve de sofrer.

A sua conversão ao Cristianismo no mesmo ano, não a tornou de vistas estreitas, mas pelo contrário ampliou o seu horizonte europeu. Como filósofa de formação husserliana, debate-se então com Tomás de Aquino, John Henry Newmann e Agostinho. O seu pensamento filosófico iria constituir uma ponte entre várias orientações de pensamento e correntes intelectuais. Edith Stein tinha respeito pelos vários caminhos seguidos pelo Homem. As suas amigas e amigos judeus e evangélicos contam que ela não tentava converter os outros à sua fé católica. Justamente por causa da sua atitude ecuménica, muitos tinham confiança nela.

Edith Stein tinha a convicção de que uma Europa saudável e politicamente estável, só se podia desenvolver, quando a mulher reconhecesse o seu novo papel e colaborasse activamente como parceira do homem na política e na Igreja. Desde 1928 é convidada a fazer

⁶ *Ib.*, p. 100.

conferências, viajando pela Alemanha, Áustria e Suíça. Praga encantou-a especialmente; os seus contactos filosóficos levaram-na a Paris; era amiga de Jaques Maritain, Alexandre Koyré; por fim viveu na Holanda sendo na realidade natural de Breslau, ou seja da Silésia. Todos estes contactos e estas missões abriram a Edith Stein a visão para além das fronteiras do seu próprio povo. O seu desejo mais íntimo era que despertasse uma «nova Alemanha», mas não no sentido de Adolfo Hitler. Ela apreciava o trabalho tranquilo e responsável dos homens e das mulheres que se dedicavam à política durante a República de Weimar e via claramente o perigo do culto da personalidade no Nacional-socialismo nascente e as suas tendências destrutivas desrespeitadoras do homem.

Às mulheres ela dizia: *«Os anos do pós-guerra mostraram com crescente clareza, que não só a vida privada e a vida do estado estão ligadas entre si indissolavelmente, mas também a vida de cada povo e estado com todos os outros. Os povos da Europa que na guerra mundial lutaram pela vida e pela morte uns contra os outros, ficaram aniquilados juntos, e em todos eles as duras realidades da miséria, levaram ao reconhecimento que só juntos novamente podiam levantar-se. Se de facto as tentativas para uma política de entendimento vão dominar gradualmente sobre as fortes correntes contrárias, ninguém poderá antever com segurança. Que esta questão toca de perto a mulher, é mais que evidente. Quando se trata do emprego da mulher, de proteger a vida, de manter a unidade da família, não lhe é indiferente, se a vida do Estado e dos povos adquirem formas que permitam ou não o crescimento da família e o futuro da juventude. Que muitas mulheres sintam a questão da paz e do entendimento dos povos como coisa que lhes diz respeito, mostrou-o a grande petição das mulheres em Genebra em 6 de Fevereiro de 1932».*⁷

Sem a mobilização activa da mulher na Igreja, na sociedade e na política, não há, segundo Edith Stein, uma verdadeira ordem para a paz.

⁷ Stein, Edith, *Die Frau*, p. 100.

Já se passaram mais de 60 anos desde a iniciativa para a paz, levada a efeito pelas mulheres em Genebra e quantas discórdias, quantas atitudes de superioridade, quanto ódio racista irracional, quanta hostilidade em relação ao estrangeiro, devastaram a marcha dos acontecimentos na Europa. Homens amantes da paz, como Janusz Korczak, Dietrich Bonhoeffer, Edith Stein, Dag Hammarskjöld, Martin Luther King, o Bispo Romero e outros sem número, tornaram-se vítimas de agressões sem sentido. Que a memória destas vidas se torne em nós a semente para um futuro melhor. Falar hoje da Europa, quer dizer contemplar as feridas e os sofrimentos de uma Europa espezinhada, não esquecer o destino das vítimas, reavivar constantemente a memória, de forma que os mortos se tornem mulheres e homens nossos contemporâneos. As suas pisadas e as suas decisões poderão ser o suporte das nossas.

O rememorar da mensagem profética de Edith Stein, não nos deve levar a esquecer que ela foi só *uma* das vítimas entre milhões de seres inocentes. «Lembra-te, não te esqueças», lê-se no memorial judeu Yad Vashem em Jerusalém. Aqui são evocadas todas as vítimas da Shoah, que perderam a vida às mãos de carrascos alemães. Edith Stein é só uma delas. Mas justamente o seu destino por entre e com esses muitos, é motivo para não se permitir que se esqueça, que se ignore.

Edith Stein: filósofa, teóloga, pedagoga, oradora apaixonada – ela o é numa só pessoa. Pela sua atitude realista, e de alcance e desenvoltura intelectuais, ela pode representar um aviso e um exemplo para os homens e as mulheres para a resolução dos problemas da situação mundial.

Edith Stein

O ESPÍRITO DE DEUS NA BÍBLIA

ARMINDO DOS SANTOS VAZ

1. A linguagem bíblica sobre o Espírito de Deus

É óbvio que a forma mais convincente de perceber e falar do Espírito de Deus é, sem utilizar muitas palavras, contar com Ele, abrir-lhe espaço na minha vida e deixar que Ele a penetre com a sua graça; é questão mais de experiência e de vida de fé do que de razão. Mas querer percebê-lo na Bíblia é, em grande parte, *um problema hermenêutico de interpretação da linguagem religiosa*, porque ela se exprime sobre Ele em textos humanos. A teologia ocidental sobre o Espírito Santo foi tendencialmente intelectual, racional. Expressou-se preferivelmente em fórmulas abstractas, exactas, até na liturgia, como atesta o prefácio da SS.ma Trindade: “[Pai santo], com o vosso Filho unigénito e o Espírito Santo sois um só Deus, não na unidade de uma só pessoa mas na trindade de uma só natureza... Professando a nossa fé na sempiterna divindade, adoramos as três Pessoas distintas, a sua essência única e a sua igual majestade”. Esta linguagem fossilizou as imagens bíblicas e frequentemente deixou fugir o Espírito de Deus, que não se deixa prender em nenhum sistema teológico. As fórmulas, embora tivessem o objectivo de precisar o significado das imagens sobre o Espírito de Deus, não o conseguiram sempre convincentemente, como provam as permanentes divisões das Igrejas, acontecidas por causa da interpretação da linguagem bíblica. A prejudicial disputa teológica entre a Igreja católica e a ortodoxa sobre o Espírito Santo teve a sua quota parte de

responsabilidade na separação de ambas em 1054. A meditação sobre o ser de Deus dividiu os crentes que se dizem, todos, filhos de Deus!

A linguagem mais adequada no discurso sobre Deus é a linguagem figurativa, representativa, conotativa de imagens, metáforas, comparações, símbolos, acções simbólicas... Esta linguagem, que parte do conhecido para o desconhecido e faz a ponte entre o imanente e o transcendente, entre o material e o espiritual, e constitui o fundamental do texto bíblico, é criativa, fecunda, capacita a continuar a pensar e a gerar mais ideias.¹ Em todo o caso, é a utilizada pela Bíblia para falar do Espírito de Deus. Na sua interpretação, ela tem sentido se tomada como relativa, isto é, como mera representação do Espírito de Deus: não fala d'Ele com fórmulas precisas, conceptuais ou dogmatizantes, que encaixilhariam o ser de Deus e o espartilhariam; desvela e vela à razão humana “o Deus escondido” em *imagens imateriais*.

A primeira grande imagem é a própria palavra que a Bíblia usa em hebraico para designar, em sentido derivado, o *Espírito* de Deus: *ruah*, que tem o significado básico e original de “vento, sopro, respiração, alento”. Isto é assim também na palavra latina “spiritus”. O vento, enquanto realidade que encerra a capacidade intrínseca de remeter para uma realidade superior (transcendente, no plano do religioso), é um *símbolo*. O vento é forte, move as nuvens, agita as árvores, revolve o mar, e é invisível, superior ao humano e terreno, nota-se a sua presença e os seus efeitos mas não se deixa agarrar ou fotografar. Tanto o vento como o alento estão em constante movimento e põem as coisas em movimento. No corpo humano o sopro, a inspiração e a expiração são sinais e manifestação de vida, são movimento e circulação de vida e dão vida ao corpo; opõem-se ao que está inerte. Por isso, enquanto a *ruah* é forte e dinâmica, invisível mas presente, inapreensível e transcendente mas fonte de vida e atmosfera ou meio vital em que os seres têm condições de vida, apropria-se e foi usada para significar um atributo de Deus, como que a respiração do próprio ser de Deus que cria ou oferece vida ao comunicar-se (Sl 104,29-30). A observação das reais manifestações físicas da *ruah* levava a relacioná-la e relacionou-a de várias formas com Deus. No NT o símbolo natural da *ruah* permanece dito em grego com *pnéuma*: segundo Jo 19,30, Jesus transmite o seu Espírito no seu último alento, sopra sobre os Apóstolos para comunicar-lhes o seu Espírito, isto é, a si próprio, a montagem cénica do Pentecostes descreve um ruído semelhante ao de um vendaval.

¹ Isto vale sobretudo para o símbolo: cf. P. RICOEUR, *Le conflit des interprétations. Essais d'herméneutique* (L'ordre philosophique; Seuil; Paris 1969) 284-286.

No NT lugar privilegiado entre as imagens do “Espírito” ocupa-o a *pomba* nas representações do baptismo de Jesus, coincidentes nos quatro evangelistas: “rasgaram-se os céus e Jesus viu o Espírito de Deus a descer sobre Ele em forma de pomba” (Mt 3,16; cf. Mc 1,10; Lc 3,22; Jo 1,32-33). Nas antigas culturas mediterrâneas a imagem da pomba exprimia um mensageiro da divindade. Na cultura clássica a pomba era um símbolo de enlevo amoroso sobre a pessoa amada e na cultura judaica significava a inocência, a pacificação e a bem-aventurança após o dilúvio. No *Cântico dos cânticos* a pomba é símbolo de beleza, desejo, amor. Por isso, prestava-se a simbolizar o amor do Pai ao Filho e a comunicação de ambos mediante o Espírito divino.

Amiúde sai na Bíblia o *símbolo do fogo* para simbolizar Deus a manifestar-se: na conclusão da aliança de Deus com Abraão (Gn 15,17), na cena da sarça ardente a Moisés, na libertação de Israel na passagem do mar (“Yahvé olhou da coluna de fogo e fumo e semeou a confusão no exército egípcio”: Ex 14,24 e 13,21-22), na outra teofania do Sinai, quando se descreve Deus a propor a aliança a Israel por meio de Moisés (Ex 19,18: “todo o monte Sinai fumegava, porque Yahvé tinha descido a ele no fogo”); “a glória de Yahvé aparecia à vista dos filhos de Israel como fogo devorador no cume do monte” (Ex 24,17). O Dt (3,33 e 5,24) comenta assim esta teofania: “há algum povo que tenha ouvido como tu ouviste a voz do Deus vivo a falar do meio do fogo?”. Nm diz que Deus ia à frente do povo, “de noite na coluna de fogo” (14,14). O “fogo”, ao poder ser símbolo de várias realidades (não se pode apanhar, ilumina, fascina e atrai para aquecer e purificar do impuro, aterra e repele porque queima e destrói, sugere o amor devorador e crescente nos corações), no contexto religioso tem a capacidade intrínseca de remeter para a majestade e para o poder de Deus, puro espírito, não apreensível física ou racionalmente; aqui também afirma a transcendência de Deus, o fascínio e o tremendo do seu mistério. Dt 4,24 até define “Yahvé, teu Deus” como “um fogo devorador, um Deus cioso”, juntando as duas ideias, próximas na sua significação (igual junção em So 1,18). Tal descrição ainda se mantém literalmente no NT (Hebr 12,29: “o nosso Deus é fogo devorador”). João Baptista anuncia a vinda daquele que é mais forte do que ele dizendo: “Ele baptizar-vos-á *no Espírito Santo e no fogo*”, indicando o significado e o significante (Lc 3,16). A descrição da primeira festa de Pentecostes cristão faz “aparecer *línguas de fogo* que se repartiram e pousaram sobre cada um” dos apóstolos e “ficaram todos cheios do *Espírito Santo*” (Act 2,3-4).

A *unção com óleo*. Os reis de Israel eram consagrados por uma unção com óleo. O rei “*ungido*” dizia-se em hebraico *mashiah*,

transliterado para o português com *messias*. A fé associou esta unção sagrada ao Espírito de Deus: punha a sua esperança num *mashiah*, rei futuro que receberia em plenitude a unção do Espírito de Deus. Assim se dirá de Jesus, que “recebe do Pai o Espírito sem medida” (Jo 3,34), embora os evangelhos não o digam ungido física e materialmente, para significar que o Espírito de Deus não vem a Jesus desde fora. Assim se dirá dos sequazes do Ungido: “em Cristo (= o *Ungido*), também vós, os ‘cristãos’ (= *ungidos*), depois de terdes ouvido a palavra da verdade, a boa nova da vossa salvação e acreditado também n’Ele, fostes selados com o *Espírito Santo* prometido, garantia da nossa herança..., para louvor da sua glória” (Ef 1,13-14); “é Deus que nos conforta juntamente convosco no *Ungido* e é Ele que nos *ungiu* e marcou com o seu selo e nos deu interiormente o *Espírito* como garantia” (2Cor 1,21-22).

A água. Dado adquirido do quotidiano é que a água é fonte de vida. Sem água morreriam as plantas, os animais e os humanos. Mas a água também é o meio corrente para lavar e purificar. A partir destas duas funções essenciais da água, esta foi usada como símbolo de realidades espirituais, e mesmo do próprio Espírito de Deus. A água aparece frequentemente relacionada com o Deus da vida: “o meu povo cometeu um duplo crime: abandonou-me a mim, fonte de águas vivas, para cavar cisternas rotas que não podem reter as águas” (Jer 2,13). Por isso, aparecem às vezes associados a água e o Espírito de Deus: “derramarei *água* sobre a terra e rios sobre o solo seco: derramarei o *meu Espírito* sobre a tua posteridade, a minha bênção sobre os teus descendentes; crescerão como a verdura irrigada, como prados junto das águas correntes” (Is 44,3-4). Segundo Ez 47 uma fonte de água vivificante brota do lado nascente do templo e corre para o mar morto, onde faz renascer a vida. No NT a água torna-se símbolo do Espírito de Deus. Aparecem associados no baptismo de Jesus, quando o Espírito o embebe, tornando-o “Ungido” de Deus. Como corolário desta visão teológica, “quem não nascer da água e do Espírito não pode entrar no reino de Deus” (Jo 3,5). No diálogo com a samaritana, Jesus diz-lhe: “se conhecesses o dom de Deus, isto é, quem é aquele que te pede ‘dá-me de beber’, tu própria lhe pedirias e ele te daria água viva...; todo o que bebe desta água [do poço de Jacob] volta a ter sede, mas quem beber da água que eu lhe der nunca mais terá sede: a água que eu lhe der tornar-se-á nele nascente de água que jorra para a vida eterna; disse-lhe a mulher: «Senhor, dá-me dessa água, para não tornar a ter sede»” (Jo 4,10-15). Sendo a água símbolo de tudo o que sacia a sede de vida no ser humano, a promessa de Jesus vem ao encontro desta sede humana, comunicando o dom da vida do Pai, que é o seu Espírito e (depois de ressuscitado) o Espírito de Jesus. Explicativo deste texto e

especialmente significativo é Jo 7,37-39: “Jesus, de pé, disse em voz alta: ‘se alguém tem sede, venha a mim e beba quem crê em mim; como diz a Escritura, do seu seio correrão rios de água viva’. Jesus falava do Espírito que deviam receber os que nele acreditassem, pois o Espírito ainda não viera, por Jesus ainda não ter sido glorificado”. A fonte de água viva seria o Espírito do Jesus tornado Cristo pela sua ressurreição, que Ele efundiria naqueles que acreditassem nele. O cumprimento desse dito, segundo a teologia de João, aconteceu na “hora” da glorificação de Jesus (cf. 13,1; 17,1), na sua morte. De facto, sendo a “glória” de uma pessoa a transparência, exteriorização e projecção do próprio ser dela em relação aos outros, João descreve a morte de Jesus como o momento em que ele revelou o traço essencial da “glória” de Deus, que era a manifestação do seu amor pelos homens; sendo Jesus a suprema epifania de Deus, que é amor e vida para os homens, a hora da sua glória correspondia ao momento que desvelou o seu amor total pelos homens no dom da própria vida. João descreve a morte de Jesus com a metáfora do gesto de adormecer, como se fosse uma morte que não esgota a vida: “reclinando a cabeça, entregou o Espírito” (19,30). Tal gesto significa que para João a morte de Jesus coincidia com a “entrega do seu Espírito”, rasgando os limites da sua humanidade e tornando-se dador do Espírito de vida como o Pai: o Espírito que Jesus tinha recebido do céu no baptismo (Jo 1,32-33) comunica-o agora aos homens. O amor sem limite constituiu Jesus fonte de vida, emitindo a força do Espírito que nele residia. A teologia simbólica de João viu realizar-se este dom da vida quando do lado de Jesus morto na cruz, em virtude da lançada do soldado, jorraram “sangue e água”, símbolos da vida e do Espírito, sobre a nova comunidade, presente junto à cruz na pessoa da mãe e do seu discípulo (19,25-27.31-37): o sangue simboliza o seu amor demonstrado, a água... o seu amor comunicado (pelo seu Espírito). Do Homem novo, levantado no alto brota a água do Espírito, para que todo aquele que o fizer objecto da sua adesão nasça de novo e do alto para uma vida nova (cf. Jo 3,3-5). Elevado no alto da cruz, Jesus promulga a lei do amor fiel, que Ele infunde mediante o seu Espírito, que identifica com Ele. O Espírito que dá vida jorra do coração de Jesus já glorioso, comunica-se aos que aderem ao seu projecto de vida e possibilita uma vida de amor como a d’Ele.² A força desta imagem fica ilustrada pela fonte de água surgida do lado oriental do templo, de que falava Ezequiel 47: do corpo de Jesus morto brota o seu Espírito que vivifica os que aderem ao seu plano de amor, concretizado especialmente na sua morte, e recria o homem novo.

² Cf. J. MATEOS - J. BARRETO, *El evangelio de Juan* (Cristiandad; Madrid 1982) 823-824.828-829.

Estas imagens bíblicas usadas para falar do Espírito de Deus jogam complementarmente umas com as outras e nenhuma diz tudo o que queria.³ A partir delas, tentemos desvelar a significação da linguagem bíblica sobre o Espírito de Deus.

2. A natureza do Espírito de Deus no AT

Deus é necessariamente transcendente, irreduzível a qualquer concepção material e física que o fixe a uma ideia abstracta; é puro mistério, intocável na sua majestade infinita, seja pelos olhos de carne seja pelos raciocínios humanos. Mas, por outro lado, tem de ser comunicável ao ser humano que quer salvar. Precisamente para representar Deus em acção no meio do mundo dos homens, a revelar-lhes a sua vontade de libertação e de comunhão com eles, os escritores bíblicos usaram uma maneira de falar figurada, por meio da qual personalizavam atributos divinos. Falam de “Sabedoria” de Deus, “Nome” de Deus, “Glória” de Deus, “mensageiro/anjo” de Deus, “Palavra” de Deus e especialmente “Espírito de Deus”.⁴

Dizer “Espírito de Deus”, captado na Bíblia como cada vez mais pessoal, era uma forma de dizer o próprio Deus, a sua acção e presença para os homens, vendo-O não como um Deus em si mas como um Deus para e com o ser humano. Não era supor uma segunda Pessoa em Deus, uma entidade separável e desmembrável de Deus, mas uma espécie de prolongamento d’Ele em relação aos homens e a favor deles. Era a personificação da dimensão de Deus a comunicar-se ‘para fora de’ Si, como força activa divina com múltiplas funções, especialmente em estado de livre autocomunicação salvífica aos humanos. Sempre que a Bíblia fala do Espírito de Deus está a falar do próprio Deus,

³ Cf. *Imágenes de la fe* (nº preparado por Mons. J. PERRIER) 319 (1998) 7-35; J.T. MENDONÇA, “O Espírito Santo: «Senhor que dá a vida»”, *Bíblica* (série científica) 6 (1997) 3-11; H. ALVES, “Simbólica do Espírito Santo”, *Bíblica* (série científica) 6 (1997) 13-45.

⁴ Nesta linha dos atributos divinos substitutivos do próprio Deus, os *targumim* aramaicos falam de *Shekiná* (Presença) e de *Memrá* (Palavra). *Memrá* exprimia como atributo divino a Palavra de Deus, fazendo evoluir a teologia da mesma: substituíra Deus nas manifestações e acções divinas, indicando o modo da manifestação ou acção e explicitando Deus que actuava mediante a sua Palavra (criadora, reveladora, salvadora). *Memrá* de Yahvé era idêntico a Yahvé, uma substituição d’Ele. O mesmo acontecera ao longo do AT com a expressão *ruah de Yahvé*. Cf. D. MUÑOZ LEÓN, *Dios-Palabra*. *Memrá* en los targumim del Pentateuco (Institución San Jerónimo 4; Granada 1974) 97-115.605-639; J. MATEOS - J. BARRETO, *El evangelio de Juan* (Cristiandad; Madrid 1982) 52-55.

concretamente sob a forma de Ele se dirigir e manifestar amorosamente aos humanos: é o exteriorizar-se do íntimo de Deus sem deixar de ser íntimo e mistério. Assim, Isaías 63,10-14 fala de “Espírito Santo” com clara função substitutiva do próprio Deus: “eles rebelaram-se e contristaram o seu Espírito Santo”; logo a seguir diz-se que Deus pôs em Moisés “o seu Espírito Santo”..., “o Espírito de Yahvé levou-os a descansar”. Ora, os Sl 77,21 e 78,52 atribuem ao próprio Deus esta acção de conduzir o povo. Ageu 2,5 tem um uso semelhante de Espírito de Deus: “*Eu* estou convosco... e no meio de vós mantém-se *o meu Espírito*: não temais!” Duas substituições de Deus (Sabedoria de Deus e Espírito de Deus) aparecem juntas com duas conotações distintas: visto sob o prisma de Sabedoria e visto a comunicar-se: “Quem teria conhecido a tua vontade se tu não lhe tivesses dado a *Sabedoria* e não lhe tivesses enviado do alto o teu *Espírito Santo*?” (Sab 9,17).⁵ O Espírito de Deus é Deus em relação, é a vida e o dinamismo do próprio Deus enquanto dom revelado, como auto-oferta, como Amor dado em presente para transformar os humanos. Embora os textos não sejam rigorosos na forma como se exprimem, está certo pensar que para a Bíblia a autodoação de Deus aos homens se realiza mediante o seu Espírito. A 1Jo no NT será explícita a esse respeito: “nisto sabemos que [Deus] permanece em nós: pelo Espírito que nos deu”. Também se pode dizer: Deus vem aos humanos e torna-se presente a eles como Espírito, nunca imóvel, mas surpreendente e singular em cada ocasião, para os pôr a caminhar em direcção a Ele. Contudo, não se pode cair em generalidades simplistas e tentar abarcar numa definição a complexa e rica realidade do Espírito de Deus já no AT, que se reflecte em linguagem polivalente. A revelação *de Deus ao homem* aparece lá como diálogo *divino-humano* (acto de Deus no homem e acolhimento de Deus pelo homem), a união do imanente com o transcendente, malgrado a sua diferença intransponível. Ora, este diálogo diz-se realizado através do *Espírito de Deus* (o poder de Deus em acção, sublinhando a sua absoluta novidade, a sua força criadora,⁶ misteriosa e imprevisível).

⁵ São estes as únicas passagens em que o AT usa a expressão “Espírito Santo”.

⁶ Traduz-se frequentemente a expressão *ruah 'elohim* de Gn 1,2 por “*o Espírito de Deus* pairava por cima das águas”. Mas tal tradução não goza de muito crédito: o que faz sentido dentro do contexto é que o *ruah 'elohim* seque as águas primordiais da indeterminação, para começar a obra da criação em forma de determinação dos seres; ora, não parece apropriar-se ao Espírito de Deus a função de secar, mais própria do “vento de Deus”, como se infere de Gn 8,1 (“Deus fez soprar um vento sobre a terra e as águas minguaram”), de Ex 14,21 (“Yahvé fez soprar durante toda a noite um forte vento de leste que secou o mar”) e até de Sl 147,18 (“[Deus] faz soprar o seu vento e correm as águas”). No mito de origem de Gn 1 a criação não aparece como obra do “Espírito de

De facto, toda a actividade revelacional aparece transida da presença activa do Espírito de Deus. Afirma-se a sua acção particularmente nos protagonistas da história salvífica, dizendo que o Espírito os impulsionava a agir e falar por conta de Deus. Com diversas imagens em linguagem figurativa, como “o Espírito de Jahvé veio sobre...”, “...irrompeu/desceu sobre...”, “...entrou em mim”, “apoderou-se de...”, “...elevou-me e conduziu-me”, “...cobriu...”, “repousa sobre...”, dá-se a ideia de que o Espírito de Deus se apoderava de homens, a quem fazia realizar acções que estruturavam a história do Povo eleito de Deus. Diz-se que foi o Espírito a dar a Moisés e aos anciãos a tarefa de “suportar o peso do povo” durante o Êxodo (Nm 11,17-25; cf. Is 63,11-14); que foi o Espírito a “habitar” Josué enquanto conquistava a terra prometida (Nm 27,18), a animar Gedeão (Jz 6,34) e Jefté (Jz 11,29), a invadir o herói Sansão nas suas façanhas libertadoras (Jz 14,6-9; 15,14) e a “descer sobre” David na sua unção régia (1Sm 16,13) e para pronunciar o seu discurso de despedida (2Sm 23,2), à espera de repousar em plenitude sobre o rebento da estirpe de Jessé, o “ungido” rei da dinastia de David (Is 11,2; 42,1ss; 61,1ss). Atendendo aos verbos que definem a actuação do Espírito, percebemos que Ele não está à disposição dos humanos, mas exprime simultaneamente a transcendência e imprevisibilidade de Deus assim como a sua comunicação com os homens.⁷

Entre os carismáticos devem contar-se *os profetas* de Israel, que “viram” as acções de Deus na sua história, captaram as suas intenções e os seus apelos ao povo. A impressão positiva causada por eles devia-se sobretudo ao facto de se dizerem *ungidos e movidos pelo Espírito* de Jahvé, a falar sob o impulso duma força irreprimível. Neles aparecia melhor a força e acção do Espírito. Diz-se que foi o Espírito a pôr a Palavra de Deus na boca de Isaías (59,21), a consagrá-lo para a sua missão libertadora (61,1; 42,1) e a fazer-lhe dizer: «agora o Senhor Deus enviou-me com o seu Espírito» (48,16); que foi o Espírito a “encher” Miqueias de força, justiça e coragem (3,8); Oseias (9,7) é dito «homem do Espírito»; foi o Espírito a perpassar a vida de Ezequiel e a fazê-lo falar (Ez 2,2; 3,12-14.22-24; 8,3; 11,5...); diz-se do Espírito que fará “profetizar os vossos filhos e as vossas filhas” (Jl 3,1); Daniel é capaz de interpretar os sonhos divinos porque “o Espírito de Deus está

Deus”, mas da sua palavra (1,3.6.9.11.14-15.20.24.26) e da sua acção (1,3.7.16.25.27) e só a partir de 1,3. Esta tradução fica corroborada pela frequente menção do “vento” primordial no igual contexto do mito de origem fenício, com a mesma função de secar as águas primordiais para começar a aparecer o mundo conhecido.

⁷ Cf. E. SCHWEIZER, *O Espírito Santo* (Loyola; S. Paulo 1993) 19-36; A. APARICIO, “Insinuaciones del Espíritu”, *Vida religiosa* 84 (1998) 404-412.

nele” (5,12); o ministério dos profetas era considerado como obra do Espírito (Zac 7,12 e Ne 9,30: “amestraste-os com o teu Espírito pela boca dos teus profetas”).⁸ Falar da acção do Espírito de Deus nos profetas para acontecer revelação de Deus ao povo era a fé a ver Deus na história; era a expressão típica para dizer, sugerir que os profetas estavam em sintonia com Deus. Conseqüentemente, a palavra profética era escutada como Palavra que mostrava as acções do Espírito de Deus, interpretando do ponto de vista de Deus as grandes gestas da história salvífica de Israel. A relação entre Palavra de Deus e Espírito de Deus vê-se clara na missão profética: Deus comunica-lhes a sua Palavra e o seu Espírito/força para levar a cabo a Sua revelação. Assim, toda a história de Israel foi concebida como presidida e dirigida pelo Espírito de Deus.

Sendo o Espírito de Deus o próprio Deus em comunicação aos homens, não admira que a fé o tenha visto como o agente duma nova aliança entre Deus e o seu povo, antevisão que se encontra em Oseias (1-2), e especialmente em Jeremias e Ezequiel. Jer 31,33-34 exprime-se assim: “esta será a aliança que eu concluirei com a casa de Israel...: *porei a minha lei no seu interior* e nos seus corações a escreverei, e eu serei o seu Deus e eles serão o meu povo; já não terão de doutrinar um ao outro e cada um a seu irmão dizendo ‘conhececi a Yahvé’, pois todos eles me conhecerão, do menor ao maior – oráculo de Yahvé –, quando perdoar a sua culpa e do seu pecado não voltar a lembrar-me”. A fé de Ez 36,25-28 tem intuição e conteúdo semelhante, com a melhoria teológica da substituição da *lei* de Deus pelo *Espírito* de Deus no coração humano: “aspergir-vos-ei com água pura e ficareis purificados; de todas as vossas impurezas e de todas as vossas imundícies vos purificarei; dar-vos-ei um coração novo, infundirei em vós um espírito novo, arrancarei da vossa carne o coração de pedra e vos darei um coração de carne; *porei o meu Espírito no vosso interior* e farei que vos comporteis segundo os meus preceitos e que observeis e pratiqueis as minhas normas; habitarei na terra que eu dei a vossos pais; vós sereis o meu povo e eu serei o vosso Deus”.

Na nova situação humana sócio-política vivida por Jeremias e Ezequiel, com o reino de Israel já destruído e o de Judá a caminhar de forma galopante para a ruína ou mesmo depois da catástrofe do Exílio, ao fim duma cadeia de violações do ‘antigo regime’ ou de quebrantamento da aliança do Sinai, concebe-se uma nova forma de relacionamento com Deus. A fé destes dois profetas entende que não

⁸ Cf. A. COUTO, “O Espírito Santo «que falou pelos profetas»”, *Biblica* (série científica) (XX Semana bíblica nacional; Difusora bíblica) 6 (1997) 47-66; IDEM, “A Igreja brota do Pentecostes. Perspectiva veterotestamentária”, *Theologica* 33/1 (1998) 25-39.

adiantaria continuar a restaurar a antiga aliança do Sinai, assente no cumprimento da Lei, pois voltaria a violar-se. Seria preferível teologicamente engendrar um novo conteúdo da aliança com Deus ou um novo modo de comunicação da vontade de Deus. Em vez de se ver gravada em tábuas de pedra exteriores ao homem, concebe-se a “Lei” de Deus como “inscrita nos seus corações”. É a interiorização da relação homem-Deus: a lei, não como uma ‘carta’ exterior ao homem, mas inspiração do “Espírito” de Deus que atinge o coração do homem na fé. O “meu Espírito” é o próprio Deus visto a penetrar no coração do homem para o tornar capaz de obedecer congenitamente. É o Espírito de Deus que é visto como princípio vital da nova existência do homem em relação com Deus. A fé de Ezequiel entrevê a doação divina dum “coração novo e dum espírito novo” como princípio de vida nova e diferente, uma espécie de conaturalidade na obediência à vontade de Deus: o coração empedernido diz-se substituído por um coração humano, obediente, transformado. Não se tratava de curar o coração enfermo, mas de extirpar o membro tocado de esclerose e de arrancar o mal pela raiz. A fé ousa sentir que só Deus torna possível o que a lei não consegue. Quantos mais preceitos e normas se tinham acumulado e imposto ao povo, mais contraproducentes se tinham tornado: posta a lei extrínseca, posta a infidelidade.

Os tempos messiânicos são caracterizados pela *efusão do Espírito de Deus* nas pessoas de fé: à Lei sobrepõe-se a graça, o homem agente é substituído pelo Espírito de Deus, ao pecado sucede o perdão (Jer 31,34 e Ez 36,25-29.33), ao temor a comunhão íntima, que cria uma adaptação profunda entre pessoa conhecedora e Deus conhecido. O “conhecimento” de Deus não se processa por aprendizagem ou instrução tradicional exterior, mas por interior captação mediante a fé mística de comunhão com Ele (Jer 5,5; 4,2; 8,7; 24,6-7); é oferecido como dom a quem quiser entrar em aliança com Ele. Para ser eficaz e tocar a vida, a religião deveria ser emancipada das instituições nacionais (povo, país, templo, lei), que já não asseguravam a sua manutenção (Jer 7,1-34). A verdadeira fé já não se exprimia num mecanismo cultual nem num vazio formulário de orações; era a religião do coração (12,2; 29,3), a *obediência directa ao Espírito de Deus, tornado o código genético e o motor impulsionador de cada adorador do verdadeiro Deus da fé*. Quem tem Deus dentro de si não precisa de se esforçar muito por fazer a Sua vontade, pois faz, por assim dizer, a própria vontade, que é a de Deus que está e actua dentro de si pelo Seu Espírito, e não a de outrem.

Paulo fará destes dois textos a grande alavanca para defesa do seu ministério aos Coríntios, que ele chama “carta de Cristo, redigida por nosso ministério, escrita não com tinta mas com o Espírito de Deus

vivo, não em tábuas de pedra mas em tábuas de carne, nos corações... Deus capacitou-nos para sermos ministros duma nova aliança, não da letra mas do Espírito, pois a letra mata mas o Espírito dá vida. Aquele agente de morte – letras gravadas em tábuas de pedra – inaugurou-se com glória, a tal ponto que os israelitas não podiam fixar o olhar no rosto de Moisés por causa do esplendor do seu rosto, embora caduco. Então, quão maior não será a glória daquele que é agente do Espírito! Se o agente da condenação teve o seu esplendor, quão mais intenso será o esplendor do agente da reabilitação!” (2Cor 3,3.6-8).

3. A natureza do Espírito de Deus no Novo Testamento

O NT enriquece de novos conteúdos a concepção do Espírito de Deus, especialmente mostrando, de modos diversos segundo as diversas cristologias, a íntima relação entre o Espírito de Deus e Jesus, visto como o “Cristo/Ungido” de Deus. O Espírito diz-se estreitamente associado à vida e pessoa de Jesus, desde o nascimento à ressurreição e prolongando a sua presença à vida do cristão e da comunidade apostólica. Desde logo, a autocomunicação de Deus no ‘evento Jesus Cristo’ só se entende se integra também a realidade do Seu Espírito. É enquanto “cheio do Espírito Santo” que Jesus é o Filho que revela o Pai; e, também ao contrário, o Espírito de Deus entende-se plenamente sobre o fundo do ‘acontecimento Jesus Cristo’, quando Ele é compreendido como o Espírito de Jesus Cristo, que dá o sentido da realização de Jesus e continua a sua obra salvífica. As afirmações sobre o Espírito de Deus são fruto maduro da nova experiência da sua presença no interior da comunidade, experiência nova que substancialmente tinha a ver com a ligação do Espírito de Deus à pessoa de Jesus enquanto Cristo.

3.1. O Espírito de Deus e a ressurreição de Jesus

É clara no NT a relação do Espírito de Deus com a ressurreição de Jesus, eixo crucial do discurso sobre o dom do Espírito. Como é sabido, os textos que falam da ação do Espírito de Deus em Jesus são posteriores à morte deste. Esses textos testemunham a viva e forte sensação dos discípulos de que Jesus estava vivo, presente e operante no meio deles por meio do seu Espírito. Porque o Sopro de vida que é o Espírito de Deus é de vida eterna, a fé da comunidade apostólica “confessou” que foi o Espírito a ressuscitar Jesus da morte: “a este

Jesus Deus o ressuscitou, do qual todos nós somos testemunhas; e exaltado pela direita de Deus, recebeu do Pai o Espírito Santo prometido” (Act 2,32-33); “sofreu a morte no seu corpo mas recebeu a vida pelo Espírito” (1Ped 3,18; 1Tim 3,16). É a afirmação teológica de Paulo: “Jesus, nascido da estirpe de David segundo a carne, foi constituído Filho de Deus com poder segundo o Espírito santificador pela sua ressurreição de entre os mortos, Jesus Cristo, nosso Senhor” (Rm 1,4). Esta relação do Espírito de Deus com a ressurreição de Jesus e como agente dela evidencia-se de forma entusiasta e parenética em Rm 8,9-11: “O Espírito de Deus habita em vós. Aquele que não tem o Espírito de Cristo não lhe pertence. Mas se Cristo está em vós, mesmo que o vosso ser tenha estado morto pelo pecado, o Espírito é vida por causa do *indulto*. Se o Espírito d’Aquele que ressuscitou Jesus de entre os mortos habita em vós, Aquele que ressuscitou Cristo de entre os mortos dará também a vida aos vossos corpos mortais pelo seu Espírito que habita em vós”.

Ligando o Espírito de Deus à ressurreição de Jesus, a fé entendia bem a realidade da ressurreição, como termo exclusivamente teológico: a vida plena segundo o Espírito e só pelo Espírito, que supera absolutamente a percepção sensível e empírica e a realidade material. A afirmação “Deus ressuscitou Jesus de entre os mortos” (Rm 10,9) tornando-o “Cristo” é uma visão da fé sobre o mistério que envolveu toda a sua vida e morte: é afirmar que *todo o seu ser de corpo animado foi assumido definitivamente e para sempre na glória de Deus*; é a fé a interpretar a vida e a morte e a iluminá-la de forma diferente dos que pensam que a morte não faz parte da vida; quer dizer que o fez continuar a viver e deu sentido à sua vida para além da morte. Assim, a fé no *Deus Trino* é consequência da fé na ressurreição de Jesus como “Ungido” de Deus, acreditando que Este o tinha arrancado da morte comunicando-lhe o seu “Sopro” (presença e força) vivificante, fazendo-o continuar a viver (na dimensão “Espiritual”).

3.2. *O Espírito do Pai e do Filho*

A filiação divina de Jesus, completada e definitivamente evidenciada na sua ressurreição, é atribuída pela fé à acção do “Espírito que santifica [separa para Deus]”, daquele que a fé conhecia até Jesus ressuscitar. Mas a fé em Jesus ressuscitado realizou ainda outra operação teológica: agora, ao outorgar “o *indulto*”, concedido aos homens por Deus em virtude da morte de cruz, o Jesus histórico só podia ser sentido como Espírito glorioso de ressuscitado. Então passou a ser visto como Senhor, isto é, “Messias/Ungido” de Deus vitorioso, Cristo da fé. O

próprio Jesus, agora Jesus Cristo, era Espírito e podia enviar o seu Espírito aos discípulos, confessado, portanto, como Espírito do Pai e do Filho: o Espírito do Pai também se podia dizer Espírito do Filho, o mesmo que a fé via como comunicado pelo Pai ao Filho já no seu nascimento (o espírito dum filho é o espírito do seu pai, comunicado por este). Porque Jesus se dizia consagrado pelo Espírito de Deus para a sua missão de “Ungido de Deus” (“o Espírito do Senhor está sobre mim porque me ungiu”),⁹ desde a sua ressurreição podia comunicá-lo aos humanos enquanto glorificado; sendo um ‘acontecimento do Espírito’ e cheio d’Ele, também ‘fazia acontecer o Espírito’ comunicando-se enquanto Espírito.¹⁰ Dos discursos de adeus sobre o “Paráclito” em Jo 14-16 infere-se que para a contemplação da fé o Espírito era continuação da presença de Jesus entre os homens e prolongamento da vida de Deus até eles. Se João põe na boca de Jesus “Eu pedirei ao Pai e Ele vos dará outro Advogado para estar convosco para sempre, o Espírito da verdade que o mundo não pode receber porque não o vê nem o conhece”, logo a seguir faz-lhe acrescentar: “mas vós conhecei-lo, porque estará dentro de vós; não vos deixarei órfãos, voltarei a vós” [em Espírito, mediante o meu Espírito] (14,16-17). Porque a fé sentia o Espírito de Jesus a animar e a dar vida à comunidade, dizia-o ressuscitado: ressuscitar pela força ou pelo Espírito do Pai e comunicar o seu Espírito são dois lados da mesma realidade de fé; compreende-se assim que em João Jesus diga que o Espírito é enviado/comunicado por ele próprio “de junto do Pai” (15,26; 16,7) e pelo Pai “em meu nome” (14,26). Que o Espírito seja “enviado em nome de” Jesus não significa simplesmente que será comunicado a pedido do Filho ou em lugar ou como representante do Filho. Dado que “nome” exprime o mais profundo e constitutivo do ser e da pessoa do Filho, o Espírito é comunicado também por Jesus enquanto desvela a sua qualidade de Filho. A afirmação “o Espírito de verdade, Ele vos guiará para a verdade integral” (16,13) quer dizer que a experiência de Jesus como ressuscitado dá aos discípulos plena compreensão e revelação da pessoa, acção e mensagem do Jesus histórico.¹¹ Na visão teológica de João e Paulo, é portador e dador do Espírito (Jo 7,39; Rm 8,9, onde o Espírito de Deus e de Cristo são identificados). A própria ressurreição de Jesus como “Cristo” (“no

⁹ Lc 4,1,18; Jo 1,32-34; Mt 3,16-17; Mc 1,10-11; Lc 3,22.

¹⁰ Cf. J. MOINGT, “Le Dieu des chrétiens”, *La plus belle histoire de Dieu*. Qui est le Dieu de la Bible? (J. BOTTÉRO - M.-A. OUAKNIN - J. MOINGT) (Seuil; Paris 1997) 150-151 [versão portug.: *A mais bela história de Deus – Quem é o Deus da Bíblia?* (ASA; Porto 1998)].

¹¹ Cf. I. de la POTTERIE, “Il Paraclito”, *La vita secondo lo Spirito, condizione del cristiano* (I. de la POTTERIE - S. LYONNET) (Teologia oggi 1; A.V.E.; Roma 1971) 99-123.

primeiro dia da semana”) é expressa por João como efusão do seu Espírito: dom e comunicação de Jesus glorificado aos discípulos (20,19-22).

Assim, a designação “Espírito Santo” ou similar no NT frequentemente indica o Espírito de Jesus ressuscitado, o próprio Jesus em Espírito. Act 5,9 e 8,39 mencionam “o Espírito do Senhor”; Act 16,7 refere “o Espírito de Jesus”. Realmente, a expressão de Jesus “*convém-vos que eu vá, porque, se não vou, não virá a vós o Advogado, mas se vou enviá-lo-ei a vós*” (Jo 16,7) significa que só se pode falar do seu Espírito Paráclito depois de ter morrido e ressuscitado. Isto alinha com outra afirmação de João: “Jesus gritou: ‘quem tiver sede venha a mim; quem acreditar em mim, beba; como diz a Escritura, «das suas entranhas jorrarão rios de água viva»; dizia isto referindo-se ao Espírito que iriam receber os que acreditassem n’Ele; porque ainda não havia Espírito, pois Jesus ainda não tinha sido glorificado” (Jo 7,37-39). Aliás, o título de “Paráclito”, “Advogado”, queria dizer que o Espírito de Jesus defende a própria causa, iluminando a consciência dos discípulos na adversidade e confirmando-os na fé; o escopo do Advogado de defesa é fazer aceitar Jesus, levar a gente a aderir a Ele.

Numa característica decisiva da pneumatologia de Paulo, Jesus ressuscitado é definido como Espírito e vice-versa: “Esse Senhor [Yahvé, Deus dos israelitas, ou Jesus?] é o Espírito, e onde está o Espírito do Senhor aí está a liberdade... Tal é o influxo do Espírito que é o Senhor” (2Cor 3,12-18). Esta identificação (na obra salvífica das duas alianças) quer dizer também que Jesus tinha actuado e o “Cristo” actua através do Espírito.¹² “Quando vier Ele, o Espírito da verdade, Ele vos guiará para a verdade total, pois *não falará por Ele*, mas falará o que ouvir e vos anunciará o que há-de vir. *Ele manifestará a minha glória, porque tomará do meu* e vo-lo interpretará” (Jo 16,6-15). Ou seja, o Espírito, que torna Jesus presente e como que redivivo, interpreta a sua verdade: dá continuidade ao auto-esclarecimento de Jesus e ao ‘acontecimento Jesus’, recorda, descobre e aprofunda o que Jesus disse e fez e actualiza para cada momento histórico as implicações do que tinha dito, manifestando-se como exigência de novidade, sem corte com o acontecimento fundador. O Espírito, Cristo glorioso, é em certa medida intérprete do Jesus histórico, e conduz à verdadeira compreensão do mais profundo sentido do que aconteceu na pessoa de Jesus.

O Espírito é, também no livro do Apocalipse, aquele pelo qual Jesus glorificado se torna continuamente presente à comunidade eclesial,

¹² Cf. V. ANTUNES, “Jesus e o dom do Espírito”, *Communio* 15 (1998/2) 101-111.

a actuar nela e a vivificá-la: “o que tem ouvidos oiça o que o Espírito diz às Igrejas” (sete vezes em Ap 2-3); a relação do Espírito com Jesus Cristo é tão estreita que são identificáveis; o Espírito não tem nenhuma autonomia relativamente à pessoa de Jesus Cristo: é Este enquanto glorificado. Como a presença de Yahvé no povo de Israel era indissociável do seu Espírito,¹³ assim a de Jesus na sua Igreja. O Espírito de Jesus tem a função específica de a confortar, de lhe mostrar o sentido transcendente (e não puramente imanente) da história humana e de a renovar por dentro, mostrando-lhe constantemente a vontade de Deus para ela nas suas dimensões estruturantes (de fé, amor, alegria...);¹⁴ a sua presença dinâmica dá forma à *revelação* e está na alma da Igreja.

Por isso é que o Deus (trino) do NT, Ser mistério de comunhão e vida (do Pai com o Filho pelo Espírito de ambos), foi intuído da melhor maneira ao ser visto como “Amor” (1Jo 4,7-11), como relação mútua e comunicação Pai-Filho no Espírito de Amor. Paulo, que insiste tanto como João nessa ideia, diz que é o Deus “por nós”: “Se Deus é por nós, quem será contra nós?” (Rm 8,31). A fé no “Deus por nós e para nós” é mais um aspecto da ideia da ‘incarnação de Deus’ em nós (concretamente em Jesus), que resume as melhores concepções da Bíblia sobre Deus. A fé do NT explorou a morte de Jesus no sentido de deixar perceber que o amor de Deus pelos homens não é artificioso, mas foi até ao ponto de “entregar o seu próprio Filho por todos nós” (Rm 8,32; cf. 5,6; 1Ped 3,18; Heb 9,26-28). O Ungido de Deus, pelo seu “esvaziamento” (Fl 2,6-10), não é uma Pessoa divina caída do céu, mas um homem em relação única com Deus. Também esta intuição contribuiu para dizer que a melhor palavra para ‘definir’ Deus é “Amor”.

Esta visão de Deus, especialmente em Paulo, não é essencialista mas ‘económica’: não de um Deus em si, mas de um *Deus para nós*, com um plano de salvação dos humanos realizado pelo Filho no Espírito de ambos. O Espírito só é cognoscível na “economia” divina, isto é, na dispensação ou distribuição da salvação, manifestando Deus a administrá-la aos homens, segundo as capacidades destes.¹⁵ Paulo não quer tanto definir a personalidade do Espírito, mas antes conduzir os crentes a viverem “segundo o Espírito” ou “no Espírito”; a sua fé vê o Espírito a penetrar toda a vida dos cristãos, nas suas atitudes, funções e

¹³ Embora se referissem outras formas de presença.

¹⁴ Cf. B. MORICONI, *Lo Spirito e le Chiese*. Saggio sul termine πνεῦμα nel libro dell’Apocalisse (Studia theologica 3; Teresianum; Roma 1983) 159-179.

¹⁵ Cf. M. OUELLET, “Mistério pessoal do Espírito Santo”, *Communio* 15 (1998/2) 112-127.

acções quotidianas.¹⁶ Igualmente nos Actos dos Apóstolos, do Espírito Santo não é apresentada a natureza ou essência definitiva, mas antes a intervenção missionária para que se realize o desígnio de Deus, a nova ordem de relação entre os homens. Não só se pode dizer que Deus actua por meio do seu Espírito, mas sobretudo que o Espírito é o agir de Deus. A ressurreição de Jesus é o centro desta acção de Deus. A revelação do Deus bíblico, perfeitamente una, desdobra-se assim em várias acções realizadas por três dimensões do mesmo ser de Deus: provém do *Pai* que se comunica pelo seu *Espírito*; Este consagra o *Filho*; finalmente, na plenitude da revelação, o *Pai* e o próprio Jesus ressuscitado como *Filho* tornavam-se presentes nos crentes por meio do *Espírito* de ambos, comunicavam o Espírito de ambos à comunidade por Ele fundada e com tendência a alargar-se a toda a humanidade. Ao Espírito atribui-se também a obra de fazer penetrar a revelação no mais íntimo do ser humano. Talvez o facto de não estarmos habituados no cristianismo ocidental a ver o Espírito Santo por este prisma tenha sido um dos factores a fazer d'Ele o grande desconhecido e esquecido.¹⁷ Também foi a falta dessa perspectiva que conduziu a postular um ensino do Espírito independente do de Jesus ou novas revelações e um novo reinado do Espírito, tentação não ilusória se recordamos o Montanismo no s. II e a corrente espiritualista de Joaquim de Fiore na Idade Média.

O Espírito, especialmente no NT, tem identidade pessoal. Mas quando a teologia diz que é a terceira Pessoa da Trindade numa essência única e numa só natureza, tem de realizar difíceis exercícios de equilíbrio para evitar tanto o triteísmo como o modalismo e enreda-se num problema de ordem filosófico, que é o ónus de precisar a significação de “pessoa divina”, “natureza”, substância e “essência”.¹⁸

Portanto, na visão do NT o Espírito Santo é o Amor inesgotável que liga o Pai e o Filho entre si. Filho e Espírito não são modos como Deus se manifestou na história, porque Deus não é um ponto fechado

¹⁶ Cf. A. GEORGE, “L'Esprit Saint dans l'oeuvre de Luc”, *Revue biblique* 85 (1978) 537-539.

¹⁷ Cf. J.J.F. de FARIAS, “O Espírito Santo na teologia contemporânea”, *Communio* 15 (1998/2) 128-142, onde traça uma resenha do esquecimento e do lugar do Espírito na vida da Igreja e do homem.

¹⁸ Por exemplo, S. Agostinho, que na tradição cristã foi visto como o doutor máximo desta doutrina, não parece ter resolvido de maneira satisfatória o problema da noção de “pessoa” divina, segundo confissão dele: “quando, porém, nos perguntam: «Três quê», a palavra humana labora em total indigência; e respondemos: «Três pessoas», mas mais para não ficar calados do que para dizer alguma coisa” (*De Trinitate*, V, ix, 10, 8-11: CCL 50, p. 217). Para a reflexão teológica de Agostinho sobre o Espírito como amor do Pai e do Filho, cf. J.M. dos S. FERREIRA, *Teologia do Espírito Santo em Agostinho de Hipona* (Didaskalia; Lisboa 1987) 25-90.

em si e estático mas antes a dinâmica comunhão de amor de Pai e Filho pelo Espírito: a relação do Pai ao Filho é emanção de amor, a relação do Filho ao Pai é reflexo de amor. Porque o Espírito é o laço de amor entre Pai e Filho, pode ver-se como intérprete e ponte da dedicação amorosa de Deus aos homens, não é um ser desagregável, com uma certa autonomia de Deus ou de Jesus (atenda-se ao que Jesus diz do Espírito: “Ele não falará de si próprio, mas dirá tudo o que ouvir”: Jo 16,13): é Deus e Jesus em relação de Amor; é o ‘nós’ do Pai e do Filho, o qual está na origem do ‘nós’ da Igreja.¹⁹ Portanto, a revelação que o Espírito comunica não tem origem nele nem é dele, porque o Espírito é Deus comunicado e dado.

Em linha com esta compreensão do mistério divino trinitário, refulge o alcance da insistência de Jesus: “pedi e ser-vos-á dado, buscai e achareis, chamai e abrir-se-vos-á; porque todo o que pede recebe...; se vós, sendo maus, sabeis dar coisas boas aos vossos filhos, quanto mais o Pai do céu dará o Espírito Santo aos que lho pedirem?” (Lc 11,13). Em semelhante contexto, Mt 7,11 diz “...quanto mais o Pai do céu dará coisas boas...”. Lucas ousa mais, com um toque magistral de orante: sendo o Espírito Santo Deus em estado de comunicação, quer dizer que o Pai do céu se comunica a si próprio a quem o invocar na fé. Nisto consiste a infalível eficácia da oração que Jesus garantiu. Os cristãos pensam habitualmente que a sua oração é eficaz se conseguem de Deus resposta positiva aos seus pedidos materiais (cura duma doença, ausência de desgraças, prosperidade...). Mas em realidade, segundo este dito colocado na boca de Jesus, o verdadeiro alcance da oração é a comunhão perfeita com a vontade e os planos de Deus no seu Espírito, como se pede no “Pai nosso”: “seja feita a vossa vontade” entre os humanos como no reino de Deus.

3.3. *O Espírito de Deus e a vida do Jesus histórico*

Os Apóstolos, habituados a ler as Escrituras, a partir da experiência e percepção de Jesus Cristo como ressuscitado pelo Espírito de Deus exprimiram-se sobre Ele como tinha feito Israel sobre personagens do seu passado: diziam-no “cheio do Espírito de Deus” (Miq 3,8 e Lc 4,1). Se para os Judeus a perspectiva que permitia uma visão diferente das coisas era a dos textos sagrados, no cristianismo nascente o ângulo de visão era a ressurreição de Jesus, sem perder de vista esses textos, elo de referência radical dos novos textos que se iam compondo. Num olhar

¹⁹ Cf. X. MELLONI, “«El centro que nos descentra»: Un espíritu que derramándose en nuestro interior nos abre a la realidad”, *Sal Terrae* 86/1 (1998) 18-20.

retrospectivo de fé pascal sobre toda a vida do Jesus terreno e histórico, descobriram também nesta a presença actuante do Espírito de Deus: descobriram o Filho de Deus feito homem e banharam a sua vida com o fulgor da ressurreição; viram Jesus a ser objecto da acção do Espírito e a agir nos momentos decisivos do seu ministério pelo mesmo poder do Espírito de Deus que o ressuscitou da morte. E fizeram-no em vários relances retrospectivos (*flash back*, em linguagem cinematográfica).

· O primeiro alargou-se *ao seu nascimento*. A fé dizia que o Jesus que os seus seguidores viram agir e falar em nome de Deus e desvelando o Seu ser com inigualável familiaridade não era um homem qualquer, nascido como os outros humanos, da união carnal dos pais, mas era o Filho de Deus. Não só alinhava geneticamente com o passado da humanidade ou com as promessas intuídas e sentidas pela fé de Israel, mas era fruto particular da própria vida e força de Deus, por meio da acção livre da graça do seu Espírito: o Filho de Deus só podia vir e nascer de Deus, não do homem. Para exprimir essa intuição da fé, Mateus e Lucas nas narrativas da infância, cuja mensagem é revelar a identidade de Jesus como Filho de Deus, apresentam-no como concebido e nascido duma mãe “virgem” e por acção do Espírito de Deus, sem intervenção da semente dum pai humano; a fé de João 1,13 disse que não “nasceu do sangue, nem de um impulso da carne, nem da vontade de um homem, mas nasceu de Deus”.²⁰

²⁰ Cf. nota a Jo 1,13 na *Bíblia de Jerusalém*. A concepção maravilhosa de Jesus encontra casos paralelos na literatura pagã. Com a mesma intenção de exaltar ou *quase* divinizar personagens ilustres que tiveram papel decisivo nos destinos da história humana, contou-se que (por ex., Platão ou Alexandre Magno) teriam sido gerados sem intervenção de pai humano. Segundo SUTÓNIO, o imperador Augusto teria sido concebido sem intervenção de varão no meio do templo de Apolo e “foi considerado filho de Apolo” (*Vida dos doze Césares: Divus Augustus* 94, 4). PLUTARCO, historiador e moralista grego († 125 d.C.), relata que os egípcios não consideravam indigno de fé que o espírito de um deus se aproximasse de uma mulher terrena gerando a vida em seu ventre; assim teria nascido, por exemplo, o herói Hércules (*Numa Pompilius* 4,4ss). Expressão religiosa semelhante encontramos-la no Judaísmo no s. I do cristianismo: o Pseudo-Filon diz que “Deus formou Isaac no seio daquela que o deu à luz” e que “Deus colocou o fruto no ventre humano e acendeu uma luz para que vejamos o que está em trevas” (*LAB* 23, 7 e 22, 3). O autor da carta aos Hebreus, apoiando-se no silêncio de Gn 14, não hesitou apagar toda a intervenção humana do nascimento de Melquisedec: “sem pai, sem mãe, sem genealogia, sem princípio de dias nem fim de vida, assemelha-se assim ao Filho de Deus...” (7,3). A linguagem cristã pode ter sido influenciada pelo pensamento judaico, com a finalidade de exprimir o inexprimível nascimento de Jesus enquanto Filho de Deus. No s. II o judeu Trifão declara: “Nas fábulas daqueles que chamamos gregos, diz-se que Perseu nasceu de Danae, que era virgem, depois de aquele que na linguagem deles se chama Zeus se ter derramado sobre ela em forma de chuva de ouro. Vós, cristãos, deveríeis corar de vergonha ao contar as mesmas coisas que eles” (referido por S. JUSTINO, *Diálogo com Trifão*, 67). Já então surge a dificuldade de perceber a linguagem religiosa, entendendo-a (ou por a perceber) na materialidade da letra e como se fosse relato histórico. Cf. Ch. PERROT, *Narrativas da infância de Jesus* (Cadernos bíblicos 9; Difusora bíblica; Lisboa 1990) 9.11-17.76-80; E. SCHWEIZER, *O Espírito Santo* (Loyola; S. Paulo 1993) 60.

O vocabulário de Mateus e Lucas reforça bem o protagonismo absoluto do Espírito na geração de Jesus. Segundo Lucas (1,31-35), a mensagem divina com revelação do plano divino interpela Maria: “Conceberás e darás à luz um filho a quem porás o nome de Jesus...” Ao desígnio de Deus a escolhida para mãe opõe uma objecção, não para ‘saber’ mas sobre o ‘poder’: “«como acontecerá isso, pois não conheço varão?» O mensageiro respondeu-lhe: «*o Espírito Santo virá sobre ti e o poder do Altíssimo te cobrirá com a sua sombra; por isso, o que nascerá será santo e será chamado Filho de Deus*»..., pois nada é impossível para Deus”. Esta justificação teológica cita as palavras que acompanhavam a concepção milagrosa de Isaac em Gn 18,14. Diz Ex 40,34-35 que “a nuvem cobriu a tenda da reunião e a glória do Senhor encheu a morada”. Assim Maria é teologicamente considerada como a arca santa ou morada de Deus, na qual habitará a glória do Senhor, o Santo, o Filho de Deus. Enquanto o anúncio do Filho de Deus por acção do seu Espírito em Lucas se concentra na pessoa de Maria, em Mateus concentra-se sobre José. Segundo Mt 1,18.20, “Maria estava desposada com José e, antes de coabitarem, achou-se *grávida por obra do Espírito Santo*... O mensageiro do Senhor apareceu-lhe em sonhos e disse-lhe: José, não temas tomar contigo Maria por tua mulher, porque *o gerado nela é do Espírito Santo*”. À pergunta ‘donde vem Jesus?’ a anunciação a José responde proclamando duplo reconhecimento de paternidade: é totalmente de Deus pelo seu Espírito e é filho de David por José. Em Mateus como em Lucas a figura do “anjo” exprime uma mensagem ou comunicação divina aos humanos: José e Maria agem guiados pela Palavra de Deus. O título de “filho de Deus”, que exprime a fé na divindade de Jesus, é posto na boca do anjo, significando: no nascimento como na ressurreição é afinal Deus que pode revelar quem é o seu Ungido. A linguagem radicalizada da concepção virginal de Jesus por acção do Espírito, como a maior parte dos elementos das duas narrativas, está ao serviço da proclamação radical da fé no mistério da sua filiação divina, um dos elementos mais importantes da mensagem cristã.²¹ A concepção virginal é uma forma de exprimir a radicalização e absolutização do dom de Deus a Jesus em

²¹ Esse é que é o ponto essencial da fé em Jesus e o coração do evangelho, como é reconhecido por Paulo (Rm 1,3-4), por João (6,42-46), por Marcos, o evangelho do Filho de Deus que não tem senão um Pai, o próprio Deus (1,1; 8,38; 13,32; 14,36), por Mateus, que nunca se refere a José como “pai” de Jesus, enquanto multiplica as referências à “sua mãe” (1,18; 2,11.14.20.21), e, finalmente, por Lucas, o evangelho do Pai e do Filho (2,49; 23,46). Mateus até ousa pôr na boca de Jesus esta recomendação: “a ninguém chameis vosso pai na terra, porque um só é o vosso Pai, Aquele que está nos céus” (23,9).

Maria, que o torna Filho de Deus:²² Deus comprometeu-se no nascimento deste menino, o que significa que a verdade de tal concepção, que é teológica, não pode ser provada mediante documentação histórica; sendo obra do Espírito, não dispensa o acto de fé; não há outro fundamento para o reconhecimento de Deus como Pai de Jesus pelo seu Espírito senão tendo em carne própria a experiência teológica de “não nascer do sangue... mas de Deus”.

Lucas (1,15) narra que também João Baptista “será grande”, como Jesus (1,15.32), e “estará cheio do Espírito Santo já desde o seio da sua mãe” para poder agir “com o espírito e o poder de Elias” (1,17). Mas essa ideia é amplamente superada pela afirmação da fé de que Jesus foi mesmo gerado pelo Espírito Santo, herdou “o trono de David, seu pai” e “será chamado Filho de Deus”; o que era decisivo para a fé era a total união de Deus com Jesus, muito superior à que tinha com o Baptista, isto é, com o resto dos humanos, mesmo com os mais perto de Deus. Esta superioridade queria dizer que Jesus é único, também no que se refere à influência do Espírito de Deus. Por isso, Lucas diz que Jesus agia “no Espírito” e não, como diziam os outros evangelistas, que o Espírito o impelia. Lucas queria dizer que com Jesus começou a época esperada pelos profetas e que esta tem tudo, excepto comparação com qualquer outra. Porque nasceu por obra e graça do Espírito Santo, Jesus não é só o maior dos profetas: é aquele em quem o intuído por eles se tornou realidade. A mais nítida distinção relativamente a eles será vista na sua ressurreição por virtude do Espírito do Pai. A fé dos dois evangelistas, voz da comunidade apostólica, vê a íntima relação de Jesus com Deus como Pai já desde a sua concepção; e a linguagem bíblica exprime essa ideia pondo o Espírito de Deus a intervir nessa concepção. O Espírito é que realiza a filiação divina de Jesus e torna possível falar de Deus como Pai.

Temos aqui, nos dois evangelhos, textos ‘tecidos’ com as malhas da própria Sagrada Escritura (do AT) por autores que continuam a escrever a Bíblia com a maneira própria dela, com traços característicos do género literário *midraš*, muito em voga no Judaísmo ao tempo do NT: narrativa religiosa que mistura dados geográficos e históricos autenticamente acontecidos e personagens históricas com um arranjo literário fictício, sempre com o intuito de iluminar e interpretar teologicamente a situação histórica presente (neste caso, do nascimento de Jesus), recorrendo para tal a textos sagrados e concepções religiosas da tradição do AT com um estilo alusivo:

²² Paulo desenvolve a ideia, voltando-a para os cristãos: o crente liberto da Lei é nascido segundo o Espírito e não mais segundo a carne (Gl 4,28-31).

o sonho (tradicional meio de revelação da vontade de Deus), o anúncio do “mensageiro do Senhor”, releitura de textos ou temas das antigas Escrituras tornadas cristãs, personagens animadas a partir de outras personagens bíblicas, Maria a evocar a figura da “filha de Sião” (Sof 3,14 e Zac 9,9), o nome e a missão do salvador, novo “Emanuel”, a vida dos magos, a estrela. O *midraš* era uma actualização das Sagradas Escrituras para o tempo presente. No caso de Jesus, com elementos típicos do *midraš*, significa-se que Ele as tinha “cumprido” da forma mais perfeita. As narrativas da infância de Jesus denunciam o método utilizado pelas comunidades cristãs na leitura dos acontecimentos de Jesus partindo da Escritura Sagrada.

Ou seja, o relatado globalmente não é história objectiva;²³ é teologia narrativa a sublimar os factos e as pessoas neles envolvidas. A atmosfera maravilhosa que envolve estes relatos testemunha a convicção de que tudo o que Jesus tinha vivido e a Igreja apostólica vivia estava sob o signo da providência divina e correspondia ao desígnio de Deus. A fé e teologia dos evangelistas reinterpretava o nascimento de Jesus como cumprimento e superação das promessas que Israel atribuía a Deus no AT. Em 2 Sm 7,14.16 punha-se Deus a dizer ao ungido rei David²⁴ por meio do profeta Natán: “Eu serei o seu pai [do filho de David] e ele será o meu filho...; a tua casa e o teu reino permanecerão para sempre diante de mim; o teu trono estará firme para sempre”. Lc 1,32-33 usou esse texto para significar que Jesus, visto como filho descendente do ungido David, é o verdadeiro “Ungido” de Deus e Filho de Deus, concebido por virtude do seu Espírito. Por sua vez, Is 7,14 tinha interpretado o nascimento histórico do menino que viria a ser o rei Ezequias como sinal de esperança da continuidade das promessas de Deus, sinal da presença de Deus e da prosperidade para o seu povo: “eis que uma donzela conceberá e dará à luz um filho e tu lhe darás o nome de «Deus connosco»”. Cinco séculos mais tarde, no s. III a.C., a

²³ É inaceitável adoptar essa grelha de leitura, pois então seria insuperável a tentativa de harmonizar dados discordantes ou contraditórios entre si: por ex., José era filho de Heli ou filho de Jacob (Mt 1,16 e Lc 3,23)? Segundo Lc (2,39-40), depois do nascimento de Jesus e dos 40 dias da purificação de Maria, voltaram para a sua cidade de Nazaré; segundo Mt 2,13-23, são forçados a fugir para o Egipto e, de regresso, com medo de permanecer na Judeia, foram “viver para uma cidade chamada Nazare”. Tendo base objectiva este desacordo e a independência literária entre Mt 1-2 e Lc 1-2, os raros elementos convergentes entre os dois ainda não obrigam a aceitar a historicidade objectiva de todos eles: podem ser considerados dados comuns da tradição e da fé das comunidades cristãs e sem dúvida são interpretações teológicas de factos históricos; entre estas está a de que Maria concebeu Jesus do Espírito Santo, de forma virginal. O facto de ambos terem utilizado o processo literário de genealogias para situar Jesus na história não significa que elas correspondam à realidade objectiva.

²⁴ Foi ungido rei de Judá e, a seguir, de Israel em Hebron (2Sm 2,4.8; 5,3).

tradução grega dos LXX, com uma operação de releitura teológica, transformou a “donzela” em “virgem”. Mt 1,22-23, usando a tradução grega, vê o nascimento de Jesus como cumprimento desse dito do profeta, sugerindo que com Jesus, nascido duma “virgem”, se realiza à perfeição a presença de “Deus conosco”. Se o Espírito de Deus é o próprio Deus em acção a favor das pessoas que quer salvar, agora o Espírito torna Deus presente aos homens como “salvador”, aproximando-os deles e humanizando-o através de Jesus. A afirmação de que Jesus nasceu e está dotado do Espírito de Deus, de cariz *midrašico* e em relatos impregnados do maravilhoso, evidencia que Jesus é aquele por mediação do qual Deus realizou a obra salvífica no seu povo de modo definitivo. A própria afirmação de que Jesus foi gerado pelo Espírito de Deus queria dizer ao leitor que a existência de Jesus já é a salvação definitiva. O Deus da pessoa, com a pessoa e para a pessoa, tornava-se agora *o Deus na pessoa* de Jesus de Nazaré, visto pela fé como Filho de Deus.

Com isto, o que a fé exigia não era a aceitação do nascimento virginal como facto biológico extraordinário e humanamente impossível; nem dava a ideia de que as relações sexuais humanas tornavam a geração de Jesus menos pura ou indigna d’Ele, numa espécie de exaltação da castidade da mãe de Jesus. O que foi visto pela fé nestas duas páginas de densa teologia narrativa está para além de tudo o que – e do modo como – possa ter acontecido o nascimento de Jesus ao nível físico e biológico: não se exprime ao nível da ginecologia ou de factos constatáveis empiricamente, nem a sua espessura espiritual pode ser reduzida a um assunto de genética, totalmente estranha à sua significação. Não se lhe podem colocar perguntas, às quais elas não queriam dar resposta e para as quais não foram pensadas. Pôr tais questões a estes textos religiosos impregnados do ‘maravilhoso’ condiciona, limita e estorva a interpretação e captação daquilo que eles querem comunicar e têm em mira: só uma mensagem religiosa, a que constitui Palavra de Deus.²⁵ O que se quer dizer com essa forma de narrar é que Jesus, além da sua inserção humana como elo central na história do seu povo (significada pelas genealogias), teve realmente origem em Deus (significada pela narrativa da anunciação a José e a Maria, sua mãe). Como a fé dizia que foi o Espírito que o fez nascer para a vida sem fim, a vida do Espírito, na dimensão sobrenatural, para além do corpo de carne, também disse que foi o Espírito a fazê-lo nascer para a vida física. Com

²⁵ Cf. Ch. PERROT, *Narrativas da infância de Jesus* (Cadernos bíblicos 9; Difusora bíblica; Lisboa 1990) 25-31; A. PAUL, *L’Évangile de l’enfance selon saint Matthieu* (Lire la Bible 17bis; Cerf; Paris 1968).

a afirmação da acção do Espírito de Deus neste nascimento envolvia-se Jesus no mistério de Deus, sem, todavia, pretender fornecer uma explicação fenoménica dessa acção miraculosa.

· Noutra retrospectiva da fé pascal sobre a vida do Jesus histórico, põe-se o mesmo Espírito de Deus a investir da sua força e a consagrar o próprio Jesus no acontecimento solene do baptismo, fazendo d'Ele o "Cristo", o "Ungido" por excelência: "Deus ungiu Jesus de Nazaré com o Espírito Santo e com poder" (Act 10,38; cf. Mt 12,18; Act 1,2; 2,22.33). Com esta encenação da "unção" de Jesus quer-se dar relevo teológico à habitação do Espírito de Deus n'Ele, como se à nova dimensão da sua missão messiânica devesse corresponder uma nova consagração do Espírito. A fé, ao ver o Espírito de Deus a consagrar Jesus, vê-O a reviver em plenitude as experiências proféticas similares.

De novo encontramos a linguagem do género literário *midraš* a respigar textos e concepções do AT e mediante alusões a ele para significar: Jesus, dito filho de David (figura do rei ideal), é o verdadeiro 'ungido', não para uma missão messiânica de poder temporal, mas do poder do Espírito de Deus. Lc 3,21-22 diz que "o céu se abriu e desceu sobre Ele o Espírito Santo". Acabado o fenómeno do profetismo, Israel teve a sensação de que o céu se tinha fechado e não havia comunicação de Deus com os homens (no desterro de Babilónia um profeta, Is 63,19, tinha rezado: "ah! se rasgasses os céus e descesses!" – mais uma ideia tradicional elaborada segundo o estilo do *midraš*). Dizer que "o céu se abriu" significa, à luz da cosmologia judaica, que se aboliram decisivamente as barreiras interpostas entre a esfera do divino e a do humano; significa que Deus se comunica aos homens de forma suprema no seu Filho através do seu Espírito e que por Ele o canal de comunicação permanecerá sempre aberto para todos os que quiserem seguir o "Ungido" de Deus (o Espírito "desce e permanece sobre Ele" – precisa João 1,32-34). A posse de Jesus pelo Espírito de Deus não é ocasional ou funcional; é um traço constitutivo do seu ser de Filho de Deus: é porque a fé viu o Espírito "descer e permanecer" em Jesus que o Baptista pôde concluir que Jesus "é o Filho de Deus". "E do céu ouviu-se uma voz: Tu és o meu *Filho* muito amado, no qual pus o meu agrado" (Mt 3,17 e par.). Nesta voz do céu ecoam textos do AT, especialmente Sl 2,7 ("tu és o meu filho, hoje te gerei") e Is 42,1 ("eis o meu *servo*, a quem sustenho, o meu eleito, em quem ponho o meu agrado: sobre ele pus o meu Espírito").²⁶ Como se vê, "servo" (dito na tradução grega

²⁶ Esta mesma citação de Is 42,1 será usada por Mt 12,18 para mostrar de modo

com a palavra ‘*pais*’) foi substituído por “filho”. Atendendo à duplicidade de significação de ‘*pais*’ como “servo” e “filho”, a modificação com a palavra “filho” (*hyiós* em grego) sugere que, se a unção do baptismo fez de Jesus também o verdadeiro Servidor de Deus anunciado por Isaías, Ele é mais do que isso e superior aos anteriores “enviados” e “ungidos” de Deus: é o Filho, sublinhando o carácter mais íntimo possível da sua relação pessoal com o Pai, gerada pelo Espírito d’Este. A noção semita de ‘filho’ acentua, paralelamente ao afecto (“meu filho muito amado”), a semelhança do filho com o pai e a continuidade do seu próprio ser. À luz desta concepção, a voz posta em Deus não exprime só o afecto para com Jesus, mas acima de tudo apresenta-o como seu representante, que age em seu nome, com a sua autoridade e o seu poder. A descida do Espírito de Deus sobre Jesus significa que Jesus é a transparência autorizada e a encarnação de Deus entre os homens (“nele pus o meu agrado”) e, mais do que porta-voz e mensageiro de Deus, age com a qualidade e autoridade de filho: n’Ele se reflecte perfeitamente o ser do Pai, participando em pleno da sua vida. Uma vez baptizado Jesus *no* Espírito de Deus que desceu a Ele, em toda a sua vida futura se manifestará o mesmo Espírito e tornava-se possível o pregão do Baptista: “eu baptizo-vos com água...; mas o que vem atrás de mim e é mais forte do que eu... baptizar-vos-á com o Espírito Santo” (Mt 3,11); Jesus, tornado Filho e Cristo (= Ungido) de Deus pela força do Espírito Santo recebido, agia e falava por Deus e, ressuscitado, viria a comunicar também o seu Espírito, que era o que recebera.²⁷ Esta era para Jesus a forma de “levar a cabo toda a justiça” (Mt 3,15), isto é, de satisfazer tudo o que Deus quer, o plano de salvação para os homens.

A imagem visual da “descida do Espírito Santo em forma corpórea, como uma pomba”, usada segundo a forma do *midraš* (Lc 3,22), é uma necessidade literária para a fé exprimir a invisível comunicação divina do Espírito a Jesus. A narração do baptismo é mais um acto de fé da comunidade a apresentar Jesus como “Ungido” e “Filho” de Deus. Tal teofania não tem nada de mágico: como precisa Lc 3,21, a atmosfera que envolve esta consagração de Jesus é a oração. Até encerra muito da fé cristã em Deus Trino: o “Ungido” aponta para o *Pai* que consagra Jesus como *Filho* comunicando-lhe o Seu *Espírito*.

programático que toda a actividade libertadora de Jesus se desenrolou sob a intervenção do Espírito de Deus que n’Ele habitava.

²⁷ Cf. J.O. CARVALHO, “A Igreja brota do Pentecostes. Perspectiva neotestamentária”, *Theologica* 33/1 (1998) 44-47.

· A outra retrospectiva que arranca da experiência de Jesus ressuscitado é aquela que, como se tinha dito dos profetas (Ez 3,12; 1Re 18,12; 2Re 2,16...), põe Jesus a ser *conduzido pelo Espírito para o deserto*, para ser tentado pelo mal. Os três evangelistas, Mt, Mc e Lc, fazem a encenação, mais uma vez com o cliché do *midraš*, que pode arrancar de um dado central histórico (que Jesus tenha estado algum tempo no deserto) com factos e personagens históricos, mas envolvendo-os na roupagem literária disponível no AT. Os dados que ao jeito do *midraš* se foram buscar à canteira da tradição literária sagrada são: o “diabo=satanás”, quatro citações do AT (em Mt e Lc), os “quarenta dias”, que podem aludir aos quarenta dias em que Moisés permaneceu no monte da revelação de Deus (Ex 24,18) ou aos “quarenta dias e quarenta noites” da peregrinação de Elias “até ao monte de Deus” (1Re 19,8); “quarenta dias” também é a duração do dilúvio (Gn 7,17; 8,6), meio mítico para a criação da humanidade que em Noé reconhece a soberania de Deus; e é o prazo de jejum e penitência dado por Jonas (3,4-10) à cidade de Nínive para a conversão; mas também apontarão para os simbólicos quarenta anos da experiência de êxodo e da estada de Israel no deserto, onde foi posto à prova.²⁸ Com efeito, o deserto é tido no AT como lugar de encontro com Deus, mas também de luta e provação. Lá o povo de Israel experimentou três tentações análogas às de Jesus e sublinhadas pelas citações do AT em Mt 4,1-11 e Lc 4,1-13. Em contraposição com Israel, que prevaricou contra a Lei de Deus, Jesus demarca-se radicalmente do mal. É apresentado como novo Moisés que conduz o novo Êxodo:²⁹ como Moisés, diz-se jejuar quarenta dias e quarenta noites no lugar típico da revelação de Deus (Dt 9,9-11.18; Ex 34,28) e, como Moisés, contempla “toda a terra” do cimo de um alto monte (Dt 34,1-4). Jesus, que é Messias Espiritual, abre o verdadeiro caminho de salvação, não de confiança em si próprio mas de obediência a Deus e de abnegação, contrapondo o projecto de Deus à tentação de um messianismo utilitarista, miraculista e de riqueza ou poder controlador e de idolatria. Mais uma vez o deserto serve de cenário de revelação, agora de revelação da identidade de Jesus e do desígnio de Deus para os homens e da sua verdadeira exigência para com eles.

Lucas, que manifesta interesse especial por anotar a associação e acção do Espírito relativamente a Jesus, tanto no evangelho como nos Actos, sublinha: “Jesus, cheio do Espírito Santo, voltou do Jordão;

²⁸ Ex 17,1-7; 32,1-10; 33,3.5; 34,9; Nm 11,10; 12,11; 14 e 16; 21,4-7; 25,1-9; Dt 4,3; 6,10-16; 8,1-20; 9,7-25.

²⁹ Cf. Hebr 3,1-4,11.

durante quarenta dias o Espírito foi-o levando pelo deserto, enquanto o diabo o punha à prova” (4,1-2). Porque estava “cheio do Espírito Santo”, resiste sempre ao mal, optando por Deus e pelo seu projecto salvífico em relação aos humanos. Enquanto a retrospectiva para o nascimento mostra Jesus como “Filho de Deus” e a do baptismo o mostra como “Ungido” de Deus e o faz nascer para a missão profética evangelizadora, a narração que o põe à prova mostra-o como totalmente orientado para Deus e em perfeita comunhão com Ele por meio do seu Espírito; apresenta-o transido do ‘Espírito de discernimento’ para descobrir a perfeita vontade de Deus e torná-la vida entre os humanos (recusa de poder taumatúrgico e de usar Deus em proveito pessoal), para a lenta iluminação interior das mentalidades (recusa a confundir a fé com manifestações exteriores) e para reconhecer a transcendência adorável de Deus (recusa de toda a espécie de idolatria).

Esta narração, colocada pela tradição dos três evangelhos sinópticos logo a seguir à cena do baptismo, projecta o seu alcance sobre o resto do evangelho e da vida de Jesus. De facto, ao longo dos evangelhos, sugestões perversas de um messianismo decadente surgirão a Jesus por parte dos partidos político-religiosos, pedindo sinais de poder como demonstração de que Ele era enviado de Deus e para pô-lo à prova;³⁰ os próprios discípulos mais íntimos o induziam a um messianismo de glória terrena, na linha da mentalidade tradicional (Mt 16,21-23; Mc 8,31-33). A estas seduções Jesus opôs sistematicamente a mesma fidelidade ao plano de Deus que manifestara no deserto, mesmo à custa do sofrimento e da morte na cruz.

Além destas manifestações solenes do Espírito na vida de Jesus, a fé apostólica viu o “Espírito Santo” a dirigir ininterruptamente a sua missão de anunciar a “boa nova” do reinado de Deus em gestos e palavras.³¹ O “reinado de Deus” é o que é estabelecido pelo “Espírito de Deus”: “se eu expulso os demónios pelo Espírito de Deus, é sinal de que chegou a vós o reinado de Deus” (Mt 12,28). Todo o ministério de Jesus em favor das pessoas é posto sob a alçada do Espírito Santo, com as palavras de Is 61,1-2 postas na boca de Jesus: “o Espírito do Senhor está sobre mim, porque me ungiu para anunciar a boa nova aos pobres...” (4,18ss). Porque o Espírito de Deus está n’Ele, poderá dá-lo aos seus discípulos, quando tiver sido ressuscitado e glorificado. Dizendo a fé que o Espírito de Deus agia n’Ele, elevava-se Jesus acima de tudo o que é humanamente compreensível e

³⁰ Cf. Mt 12,38-39; 16,1-4; Mc 8,11-13; 12,13-17; Lc 11,15-23.29.

³¹ Cf. Mt 4,1; 12,28; Lc 4,1.14.18. O próprio Jesus dissera: “as palavras que vos disse são espírito e vida” (Jo 6,63).

via-se como mistério em Deus ou determinado pela constante presença de Deus n'Ele. A comunidade crente n'Ele sugeria assim que é em comunhão com Jesus que o ser humano experimenta um pouco da realidade de Deus, que se torna viva no seu Espírito ³².

3.4. *O Espírito e a Igreja apostólica: alcance do Pentecostes cristão*

Como já na antiga economia de salvação, agora plenamente na nova a fé via o Espírito de Deus a suscitar as acções e palavras vivas que iluminavam o novo povo de Deus em vista da salvação.

Acontecida pela encarnação de Deus em Jesus, a sua revelação plena para a fé completou-se com a *vinda do Espírito de Deus ao coração da Igreja*, Espírito que agora era o do Pai e o do Filho. Jesus recebeu o Espírito de Deus e transmitiu-o à sua Igreja, como prometera aos Apóstolos (Jo 15,26), para lhes recordar tudo o que lhes dissera na terra (Jo 14,26), para os «conduzir à verdade completa» (Jo 16,13), para lhes sugerir as palavras de defesa da fé (cf. Mt 10,19ss) e para os consagrar carismaticamente na sua acção missionária de difusão do «reino de Deus» (Act 1,3.5.8). Na visão de João, o Espírito é 'intérprete' da autocomunicação de Deus (14,26; 15,26; 16,13-14). Jesus ressuscitou e logo veio o Espírito: ou seja, o Cristo é o Espírito. Na visão de Lucas (Act 2,33), a efusão do Espírito é dom do "Cristo" ressuscitado e exaltado na glória do Pai: "a este Jesus Deus ressuscitou-o...; exaltado pela direita de Deus, recebeu do Pai o Espírito Santo prometido e derramou o que vós vedes e ouvis". O Jesus incarnado por obra do Espírito (Lc 1,35) e pelo Espírito conduzido na sua missão evangelizadora (Lc 4,1.14.18) tornou-se ele próprio "Espírito que dá a vida" (1Cor 15,45; 2Cor 3,6). Cristo inaugurou "os últimos dias" de que falava Joel (Act 2,17-21). E os Apóstolos sentiram-se, de facto, «cheios do Espírito Santo» (Act 2,4; 4,8; 13,9; cf. Act 6,5; 7,55; 11,24) para «pregar a Palavra de Deus com valentia» (Act 4,31). Sentiam que era o Espírito de Jesus 'Cristo' a guiar a acção evangelizadora da Igreja Apostólica,³³ a estabelecer «guias para pastorear a Igreja de Deus» (Act 20,28) e construir a Igreja nascente por meio de "carismas" multiformes de acção e de palavra (1Cor 12,4-11.27-31). Tudo isto era visto como obra do Espírito de Jesus ressuscitado, pois, como Jesus dissera, "Ele dará testemunho de

³² Cf. E. SCHWEIZER, *O Espírito Santo* (Loyola; S. Paulo 1993) 53-72.

³³ Cf. Act 8,29-39; 10,19-48; 11,12.15s; 13,2-4.

mim” (Jo 15,26), “comunicará o que lhe disserem” e “receberá” das riquezas do meu mistério (Jo 16,13-15); era obra “do Espírito do seu Filho, que clama «Abbá! Papá!»” (Gl 4,6).

Esta inabalável convicção da fé apostólica exprime-se muito especialmente na *narração da efusão do Espírito Santo sobre a Igreja primitiva na festa do Pentecostes* em Act 2,1-41. É em Jerusalém, lugar geográfico onde se realizara a obra salvífica de Jesus, que a descrição de Lucas coloca a recepção do Espírito pela comunidade pós-pascal; para isso, já antes, em 1,8, apontava o objectivo dos Actos, pondo Jesus a prometer “a força do Espírito Santo que virá sobre vós, e sereis minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judeia e Samaria e até aos confins da terra”, em círculos concêntricos. Como o Jesus corpóreo e fisicamente visível desapareceu do meio dos candidatos a testemunhas, a sua presença realizar-se-ia agora através do dinamismo e da “força”, homónimo do seu Espírito.

A narração da vinda do Espírito funciona como *narrativa etiológica* ou explicativa:³⁴ a fé viu num acontecimento teológico fundante e prototípico a causa e origem da realidade presente que a comunidade estava a viver, a da sensação permanente do Espírito de Jesus operante no meio dela; a narrativa faz cristalizar literariamente diversas experiências do Espírito de Jesus no cristianismo nascente, justificando-as. Lucas, para compreender o movimento cristão primitivo, sem fazer exegese das Escrituras ilumina a sua realidade histórica com a ajuda das Escrituras. A narração está composta com características do género literário *midraš*: com materiais retirados da canteira da tradição religiosa e literária do povo. Não é exacta reprodução fotográfica de factos documentáveis, mas teologia a interpretar e iluminar uma situação presente. Histórico pode ser a reunião dos discípulos de Jesus em Jerusalém,³⁵ o falar línguas estrangeiras, a viva sensação de que Jesus estava presente e operante no meio deles, a dar-lhes força e coragem para anunciarem a ‘boa nova’, que agora era Ele próprio. Mas, se pretendêssemos entender o relato como descrição de factos históricos objectivos, teríamos de admitir incongruências no texto: segundo 2,1-4 é o grupo apostólico que está numa casa, segundo 2,5-13 é uma multidão que está em espaço aberto; aliás, enquanto segundo Jo 20,1.19.22-23 Jesus comunica o alento divino que é o seu Espírito aos

³⁴ “Etiologia” é uma narração mais ou menos extensa que tenciona explicar (teologicamente) uma situação presente, contando qual foi a sua causa ou origem (*aitta*, em grego).

³⁵ Paulo conhece uma reunião multitudinária de “mais de quinhentos irmãos juntos”, que na fé sentiram Jesus ressuscitado (1Cor 15,6). Lucas situou a efusão do Espírito numa reunião deste género.

discípulos no mesmo dia da sua ressurreição, segundo Lc 24,49 e Act 1-2 só o comunica cinquenta dias depois. O que é óbvio é que o texto é um mosaico de elementos da tradição bíblica, reunidos com o fim de passar uma mensagem teológica particular.

Realmente Lucas manifesta evidente interesse teológico em colocar a vinda do Espírito Santo à Igreja na festa judaica de Pentecostes, a única, juntamente com a Páscoa, a ser cristianizada. Qual é? No dia de *Pentecostes* (palavra grega que significa *quinquagésimo* dia a contar da Páscoa) os Judeus celebravam a festa das (sete) Semanas (7x7=49). Tal como a Páscoa era originariamente uma festa de pastores nómadas e foi associada com outro sentido teológico à libertação da escravidão do Egipto, também a festa das Semanas celebrava originariamente a ceifa do trigo maduro³⁶ e foi espiritualizada e relacionada teologicamente, depois do Exílio, com a celebração da doação da Lei por Deus ao povo de Israel e da sua mútua aliança no Sinai.³⁷ De facto, a festa agrária e a da aliança do Sinai caíam no terceiro mês do calendário hebraico, porque Ex 19,1 conta que os israelitas chegaram ao Sinai “no próprio dia em que tinham passado três meses depois da saída do Egipto”. Portanto, a festa de Pentecostes foi intimamente ligada à promulgação da Lei e à aliança do Sinai. Ora, a descrição desse acontecimento em Ex 19-24 é uma teofania, ambientada no quadro duma erupção vulcânica à mistura com elementos duma tempestade, inspirada literariamente num dos mais impressionantes espectáculos da natureza, de que os próprios israelitas podiam ter sido espectadores durante os anos de peregrinação pelo deserto. Para exprimir a majestade e a transcendência de Deus e o temor e a estupefacção que suscitam na gente, pinta-se o Sinai envolvido na violência tormentosa: “trovões e relâmpagos e uma densa nuvem sobre o monte e um potente ressoar de trombeta e todo o povo que estava no acampamento pôs-se a tremer...; todo o monte Sinai fumegava, porque Yahvé tinha descido a ele no fogo” (19,16-18). Logo a seguir (20,1-17), “pronunciou Deus todas estas palavras”, o decálogo, ainda na atmosfera da teofania: “todo o povo percebia os trovões e relâmpagos, o ressoar da trombeta e o monte a fumegar; o povo estava aterrado e mantinha-se à distância” (20,18).

Atendendo a estes dados, compreende-se o cenário literariamente montado no quinquagésimo dia depois da ressurreição de Jesus, em Act 2, por meio de elementos naturais: “um barulho vindo do céu, como de

³⁶ Cf. Ex 23,16; Lv 23,15-16; Nm 28,26; Dt 16,9.

³⁷ 2Cro 15,10-15; Jubileus, 6,20-22: texto em J.H. CHARLESWORTH, *The OT Pseudepigrapha*, 2 (Doubleday; Garden City, NY 1985) 67-68. Cf. nota da *Bíblia de Jerusalém* a Ex 23,14.

vento impetuoso ressoou em toda a casa e viram aparecer umas línguas como de fogo que se repartiam pousando em cima de cada um [do grupo apostólico]. Encheram-se todos do Espírito Santo e começaram a falar em diferentes línguas, segundo o Espírito lhes concedia exprimir-se... Ao ouvir-se o barulho, a gente congregou-se e encheu-se de admiração... Todos estavam estupefactos e perplexos e perguntavam uns aos outros: que quer dizer isto?” Estes elementos tradicionais (especialmente o barulho, o vento, o fogo e a admiração) serviam suficientemente a intencionalidade de evocar o episódio da entrega divina da antiga lei e para sugerir por essa evocação que também agora se tratava da doação duma “lei”. Compreende-se que o narrador use o elemento do “vento”, que no original grego (*pnoé*) era da mesma raiz (*pnéo*) que “Espírito” (*pnéuma*) e o insinuava; também evoca espontaneamente o “vento de Deus” que “adejava por cima das águas” primordiais (Gn 1,2) no momento teológico da criação, sugerindo que a vinda do Espírito de Jesus aos homens equivalia a uma nova criação. Percebe-se bem o que Lucas quer dizer: *a nova lei do novo povo da nova aliança, libertado pelo novo Moisés, é o Espírito de Jesus ressuscitado* (“vós mataste-lo... mas Deus ressuscitou-o... recebeu do Pai o Espírito Santo prometido e derramou este que vedes e ouvis”: 2,23-24.33); já não uma lei estática escrita em placas de pedra, como a do Sinai,³⁸ mas uma palavra escutada e inscrita no interior fecundo de cada pessoa, na sua própria língua (“as línguas como de fogo pousaram sobre cada um”), suscitando o bom entendimento entre todos (“todos lhes ouvimos falar na nossa língua das maravilhas de Deus”). Na antiga aliança já se cumpria uma lei como se fosse a própria vontade de Deus (por isso a fé dizia que a lei fora dada por Deus) e dava identidade ao povo de Israel, fornecendo-lhe o núcleo duro e infrangível da sua religião. Mas agora, numa novidade inaudita, indica-se que *a verdadeira lei do cristão é o próprio Deus, o seu Espírito e Espírito de seu Filho ressuscitado, presente pela fé no coração da pessoa, a ditar e dar força para fazer o que deve ser feito* pelo aderente a Jesus (“cada um de vós faça-se baptizar no nome de Jesus Cristo... e recebereis o dom do Espírito Santo”: 2,38). Se no AT o mais expressivo símbolo da presença de Deus entre os humanos era o fogo, no NT o ‘lugar’ favorito onde Ele se revela e vela é o coração da pessoa.

Mais se significa que, enquanto a lei da aliança do Sinai se diz promulgada para o povo de Israel em particular, a nova lei destina-se aos “provindos de todas as nações que há debaixo do céu”, sublinhando

³⁸ Cf. Ex 31,18; 32,15-16; 34,1-4.

o carácter universalista deste acontecimento teológico. O novo povo não era uma anulação ou substituição do antigo povo eleito, mas a sua plena realização pela expansão a todas as gentes das promessas feitas a Israel. Para esta narrativa composta com o cliché do *midraš* contribuíram também as promessas de Deus vistas pela fé dos profetas Jer 31,31-34 e Ez 36,24-28, embora se cite só a de Joel: viam-se realizadas na nova situação descrita, na vinda do Espírito de Deus/Jesus à comunidade nascente. A *lei* posta por Deus no interior do ser humano (segundo Jer 31,33) fazia-se coincidir com o *Espírito* de Deus infundido em nós (segundo Ez 36,26-27): era o que dizia a festa do Pentecostes cristão. A plenitude do Espírito de Deus patenteada no mistério pascal de Jesus inaugurava uma nova situação e representava um salto qualitativo para a fé dos que ousavam seguir a sua ‘boa nova’: tinham de viver a novidade inaudita da presença de Deus no seu interior e deixar-se orientar sobretudo por ela. Enquanto para Mateus o novo espírito do reino de Deus é desvelado por Jesus num discurso inaugural e programático pronunciado no monte (5,1-7,29, qual novo Moisés no monte da revelação, para a Igreja de Lucas a promulgação da ‘lei nova’ data da festa do dom do *Espírito* de Deus, que inscreveu a sua *lei* no coração dos homens: “a lei nova é principalmente a própria graça do Espírito Santo concedida aos cristãos”.³⁹

Fica assim bem clara a importância teológica e a significação vital da festa do Pentecostes no cristianismo. Ela aponta para a presença de Jesus Cristo na sua Igreja por meio do seu Espírito. Como o Êxodo apontava para a aliança e para o dom da lei no Sinai, assim a Páscoa está ordenada ao Pentecostes. É significativa a afirmação do prólogo do evangelho de João: “a lei foi dada por meio de Moisés; a graça e a verdade vieram-nos por Jesus Cristo” (1,17). Moisés podia comunicar a vontade de Deus expressa na lei, mas Jesus, comunicando o seu Espírito, punha a Palavra de Deus no coração dos crentes. Como no AT se dizia que “as placas da lei” tinham sido “escritas pelo dedo de Deus”, na festa do dom do Espírito, que a liturgia chama “dedo da direita do Pai”, foi esculpida a sua lei de amor “com o Espírito do Deus vivo... em placas de carne, nos corações” (2Cor 3,3).⁴⁰

A fé viu esta efusão universal do Espírito sobre a comunidade apostólica como cumprimento da promessa que o Baptista fizera: “eu baptizei-vos com água, mas Ele baptizar-vos-á com *Espírito Santo*”

³⁹ S. TOMÁS DE AQUINO, *Summa theologiae*, I^a Ilae, q. 106, a. 1, corp.

⁴⁰ Cf. S. LYONNET, *La carità, pienezza della legge secondo san Paolo* (A.V.E.; Minima 52; Roma 1971) 29-44.

(diz Mc 1,8) “... e com *fogo*” (acrescentam Mt 3,11 e Lc 3,16). A vinculação do Espírito de Jesus à Igreja apostólica nos Actos dos Apóstolos apresenta essa realidade de fé como se tivesse acontecido no tempo e num lugar, Jerusalém, e de uma forma, pelo fogo. Mesmo assim, o narrador deixa entender que se trata de uma realidade transcendente, incompreensível do ponto de vista da razão humana.

Este desmontar a linguagem bíblica, mostrando que a narração não descreve historiograficamente algo que aconteceu objectivamente, esconde a nossa intenção de deixar perceber que, ao não querer fazer história mas teologia, o narrador Lucas sugere ao leitor que o sentido e a realidade de fé subjacente à narração, vivida pela Igreja apostólica, quer ser assumida e revivida pelo leitor. Sendo o Espírito de Jesus e do Pai uma realidade de pura fé, só pela fé é perceptível, e não como um facto documentável, demonstrável ou materialmente verificável. Quando o indivíduo ou a comunidade pós-pascal dos discípulos de Jesus se sentem e dizem afectados por Ele, experimentando a superação de si próprios por uma força que os transcende, isso acontece no restrito âmbito da fé. Ora, se o leitor de Act 2 entender a narração como história factual, poderá ficar admirado do acontecido, mas não tocado pelo sentido. Pelo contrário, entendida como sugestão, mexe com ele e provoca-o, fá-lo perceber que o descrito acontece com todo o “cristão” que pela fé se abre à nova lei interior do Espírito de Jesus ressuscitado; fá-lo perceber que do dom do Espírito de Jesus deriva um comportamento conforme ao Espírito (Gl 5,25: “se vivemos segundo Espírito, actuemos também segundo o Espírito”), pois o Espírito não força: torna possível um agir livre e situa perante a opção de seguir Jesus, se se quer alcançar a vida definitiva (Gl 6,8: “aquele que semeia no Espírito, do Espírito colherá a vida definitiva”).

Portanto, o novo povo de Deus, regido pela nova lei da nova aliança, é obra e produto do Espírito de Jesus Cristo;⁴¹ o Espírito constitui a comunidade: “num só Espírito fomos todos baptizados... e todos bebemos dum só Espírito” (1Cor 12,13). A Igreja de Jesus Cristo é a comunidade dos cristãos, uma unidade criativa, viva, espiritual, isto é, gerada pelo Espírito de Deus e de Jesus Cristo, mediadora da comunhão com Deus pelo seu Espírito; é obra, sacramento e lugar da presença do Espírito de Jesus: esta a sua verdadeira constituição. O tempo da Igreja já é apresentado pelos Actos dos Apóstolos como o

⁴¹ Cf. Jon SOBRINO, “El Espíritu, memoria e imaginación de Jesús en el mundo”, *Sal Terrae* 82/3 (1994) 181-190.

tempo do Espírito de Jesus Cristo, que estabelece a continuidade da Igreja do Cristo com o Jesus histórico. E se no tempo do povo do AT era a voz de Yahvé, através da Lei e da Palavra, que resolvia os conflitos entre as pessoas e correntes sócio-religiosas, agora no povo da nova aliança a resolução das tensões (por exemplo, entre cristãos convertidos do Judaísmo e os convertidos do chamado ‘paganismo’) e as decisões grandes e pequenas são atribuídas pela fé à ‘diplomacia’ discreta da ‘eminência parda’ do Espírito Santo: “continuando Pedro preocupado com a sua visão, o Espírito disse...: «sou eu que os envio»” (10,19); “o Espírito disse-me para ir com eles sem hesitação” (11,12); “o Espírito Santo disse: «ponde-me de lado Barnabé e Paulo em vista da obra para a qual os chamei»” (13,2); “o Espírito Santo e nós decidimos não impor-vos mais cargas do que as indispensáveis” (15,28); “o Espírito Santo proibiu-os de anunciar a Palavra na Ásia...; intentaram dirigir-se para a Bitínia, mas o Espírito de Jesus não lho permitiu” (16,6-7).⁴² Os Actos dos Apóstolos dão-nos conta de vários factores de oposição dos não-judeus ao plano de salvação de Deus; de entre eles constava a Lei, especificada nalguns pontos, como o da circuncisão, o da comensalidade e o das subjacentes regras judaicas de comportamento moral (*halakah*). Para superar as oposições, resistências, barreiras e dificuldades entre as duas comunidades (judaica e cristã) e as duas facções cristãs, Lucas viu o Espírito de Jesus a intervir em todas as deliberações.

Também o pôs a impelir os arautos da boa nova: é “cheios do Espírito Santo” que Pedro e os Apóstolos dão testemunho de Jesus diante das autoridades judaicas e “anunciavam a palavra de Deus com valentia” (4,8.31); testemunha da ressurreição de Jesus é “também o Espírito Santo que Deus deu aos que lhe obedecem” (5,29-32); é o Espírito que dá a Estêvão sabedoria e força para argumentar contra os judeus que defendiam o “Lugar santo e a Lei... e os costumes que Moisés transmitiu” e para dar testemunho de Jesus como Cristo (6,3.8.10.13-14; 7,51.55); é “o Espírito que diz a Filipe” para se aproximar do etíope em vista do baptismo e “o arrebatou” para outra missão (8,29.39), que enche Paulo do seu dinamismo (9,17), que envia Pedro aos pagãos (11,12), que faz “profetizar” (11,28), que “encheu” os discípulos por causa da perseguição movida contra Paulo e Barnabé (13,52) e que anuncia a morte de Paulo como testemunho do evangelho de Jesus (20,22-23.28; 21.4.11); foi também fundamentado na inspiração do Espírito Santo aos antepassados de Israel que Paulo verberou a

⁴² Neste texto, que põe em paralelo duas acções idênticas atribuídas ao “Espírito Santo” e ao “Espírito de Jesus”, vê-se claramente a identidade do “Espírito Santo”: é o “Espírito de Jesus”.

dureza de coração dos judeus educados na Lei de Moisés (28,25). Como no evangelho o Espírito Santo explica a missão de Jesus (nascimento, ministério da Palavra e acção libertadora), assim nos Actos explica a missão da Igreja e resolve os seus problemas.⁴³ Tanto a Igreja como a sua missão dependem totalmente do Espírito, o Senhor e guia das pessoas e instituições, sem aparecer nunca dominado por elas; isto, apesar de vários grupos no seio da comunidade nascente terem tentado estagnar o dinamismo do Espírito na expansão do evangelho para além das concepções judaicas, suscitando aceso debate de ideias e até divisões (10,1-11,26 e 13,1-15,35).

A presença do Espírito Santo não é privilégio dos apóstolos ou arautos do evangelho, mas dom gratuito a todos os que pela fé aderem à 'boa nova' de Jesus: "convertei-vos e... receberéis o dom do Espírito Santo" – responde Pedro aos que acolhem bem o seu discurso (2,38; cf. 8,14-19; 10,45; 11,17; 19,1-8). E à medida que as comunidades crescem, os ministérios ao serviço delas não são vistos como fruto de necessidade de organização, mas como carismas do Espírito, tanto na selecção dos candidatos como na sua investidura pela "imposição das mãos" (6,3-5; 20,28). É também assim que pensa Paulo (1Cor 12, especialmente vv. 4-13).

Aparece cada vez mais claro que a característica fundamental da manifestação do Espírito de Deus não é a vivência de um poder esmagador mas antes a conformidade dos que são tocados por Ele com a bondade e o amor de Deus, tal como se manifestaram definitivamente em Jesus Cristo. É essa a razão pela qual Paulo adopta uma postura contra os extáticos de Corinto, de cariz grego. A excessiva auto-estima por se acharem transportados fora do corpo com suspensão dos sentidos afasta do verdadeiro Espírito de Deus. Esse fenómeno não se pode identificar com a possessão pelo Espírito de Deus. O que distingue o Espírito de Deus é a justiça e a bondade manifestada em Jesus, isto é, o amor. Este amor de Deus é o mesmo que se manifesta em qualquer acto de amor ao próximo. Destarte, ao falar do Espírito de Deus, a Bíblia significa que a acção de Deus se experimenta através do seu agir permanente em nós, entre nós e por mediação de nós, e não está ligada à experiência extática. A fusão numa experiência com a outra na mesma pessoa é secundária e são duas coisas distintas. A fé e a

⁴³ Cf. J.C. das NEVES, "História e Espírito Santo nos Actos dos Apóstolos", *Didaskalia* 25 (1995) 195-234; S. BLANCO, "El Espíritu Santo en los orígenes de la Iglesia", *Vida religiosa* 84 (1998) 413-421.

consciência da presença viva de Deus, que nos sustenta, nos abre ao outro e para o outro, é que pertence à experiência do Espírito. É por isso que na teologia de Paulo o Espírito assume duas formas concretas: por um lado, nos dons ‘Espirituais’ (1Cor 12), que se medem pelo amor (1Cor 13), pois é assim que o Espírito move e determina os filhos de Deus no corpo de Cristo; por outro, no “homem novo”, que o catálogo de Gl 5,22 menciona como fruto do Espírito, “homem novo” que, no fundo, também se mede pelo amor.⁴⁴

O NT não só testemunha que o Espírito de Deus fez de Jesus o “Cristo=Ungido” de Deus, mas também que o Espírito do Pai e do Filho fez dos crentes “cristos”, “cristãos”, “ungidos” de Deus no Ungido de Deus. Esta realidade é inseparável do ‘acontecimento Jesus’ e significa que, o cristão, tendo recebido o Espírito do “Cristo”, foi assumido na relação de Jesus ao Pai, tornando-se filho de Deus no Filho de Deus. A intrínseca relação entre filiação e estar cheios do Espírito é claramente expressa por Paulo: “Porque sois filhos, Deus enviou aos nossos corações o Espírito do seu Filho, que clama ‘Abbá, Papá!’. Por isso, já não és escravo mas filho” (Gl 4,6-7). Segundo o testemunho unânime da fé do NT, a vida do “cristão” é uma existência operada pelo Espírito de Jesus Cristo. No Espírito não só se constitui a comunhão com Cristo, mas também é aprofundada e sustida na sua acção. Pela força do Espírito o cristão é integrado na comunhão de vida com Deus e toma parte na missão do Filho para revelação e testemunho do amor de Deus no mundo.⁴⁵

3.5. A “lei do Espírito” e a lei na Igreja

A montagem cénica do “dia de Pentecostes” exprimia plasticamente qual o princípio interactivo na vida do cristão: a Lei interior, a Lei que é o próprio Espírito de Jesus! Assim entende-se bem a expressão de Paulo “lei do Espírito”, que de outra maneira conteria uma contradição entre os dois termos. De facto, Paulo constantemente opõe o Espírito à Lei e declara os cristãos completamente libertados da lei: “se sois conduzidos pelo Espírito não estais debaixo do poder da lei” (Gl 5,18). Em Rm 6 mostra que o

⁴⁴ Cf. E. KAMLAH, “Espírito”, *Diccionario teológico del Nuevo Testamento*, II (eds. L. COENEN - E. BEYREUTER - H. BIETENHARD) (Biblioteca de estudios bíblicos 27; Sígueme; Salamanca 1980) 136-147.

⁴⁵ Cf. H. GABEL, *Inspirationsverständnis im Wandel*. Theologische Neuorientierung im Umfeld des Zweiten Vatikanischen Konzils (Mathias-Grünewald-Verlag; Mainz 1991) 304-310; V. CODINA, “«Fuerza en la debilidad»: El Espíritu de la fidelidad, la perseverancia y la esperanza”, *Sal Terrae* 86/1 (1998) 30-36.

cristão se deve libertar da Lei se quer ser libertado definitivamente do pecado: “o pecado já não terá domínio sobre vós, pois não estais sob o poder da lei mas sob a graça” (Rm 6,14). Mas eis que em Rm 8,1-2 não hesita em definir como “lei” aquilo que nos libertou definitivamente: “agora já não pesa nenhuma condenação sobre os que vivem no Ungido Jesus, porque a lei do Espírito que dá a vida mediante o Ungido Jesus libertou-te da lei do pecado e da morte”. Aqui “lei do Espírito”, expressão única na Bíblia, significa o novo regime da nova aliança, na qual quem obriga o seu contraente é o próprio Espírito de Jesus ressuscitado, que vive no cristão: “vós não estais sujeitos à fraqueza humana mas ao Espírito, pois o Espírito de Deus habita em vós” (8,9).⁴⁶ Mais uma vez Paulo reinterpreta de forma unitária os oráculos de Jeremias (“porei a minha lei no seu interior e nos seus corações a escreverei”: 31,33) e de Ezequiel (“porei em vós o meu *Espírito* e farei que vos comporteis segundo os meus preceitos”: 36,26-27). O dom gratuito do ‘baptismo no Espírito’ era a oferta dum princípio novo de regeneração e de acção, que possibilitava e favorecia a comunhão salvífica com Deus intuída pela fé de Jeremias e Ezequiel. O Espírito torna o crente fiel à salvação que Jesus lhe adquiriu pela morte redentora e ressurreição.

A “lei do Espírito” equivale à graça de Deus. É a expressão mais alta e mais eficazmente geradora de uma humanidade apostada e solidária na prática do bem. Paulo não pensava que Jesus se teria contentado com substituir o jugo e o código da lei mosaica com outro código mais perfeito, eventualmente menos complicado, ou com uma moral fácil mas da mesma natureza e que mantivesse o cristão sob um regime legal. A “lei do Espírito” não se distingue da lei mosaica só por propor um ideal mais elevado ou impor maiores exigências. À lei não opunha propriamente outra lei mas a graça, princípio interior de acção, dinamismo novo e Espiritual, que capacita a agir em conformidade com o que a Lei, também ela espiritual, exigia do homem. O cristão não está submetido ao império da lei; vive no reino da graça. Que Paulo tenha mudado a palavra “graça” por “lei do Espírito” pode dever-se à sua vontade de evocar o anúncio da “nova aliança” por Jer 31,33 e Ez 36,27, onde se usavam os termos “lei” e “*Espírito*” de Deus, o Espírito capaz de dar vida aos “ossos secos”: “porei o meu Espírito em vós e vivereis” (Ez 37,1-14); juntando e associando as duas expressões, sugeria que no regime da nova aliança se realizam ambas as profecias e que a “lei” do cristão é “o *Espírito*” de Deus. Tomás de Aquino comentará assim

⁴⁶ Cf. S. LYONNET, *La storia della salvezza nella lettera ai Romani* (Historia salutis: serie biblica 1; M. d’Auria; Napoli 1967) 131-166.

estes textos bíblicos: “o próprio Espírito Santo, enquanto realiza em nós o amor, que é a plenitude da lei, é a nova aliança; precisamente porque não era amor, a Lei enquanto tal não podia justificar o ser humano: assim tornou-se necessário dar a lei do Espírito, que vivificasse operando o amor no coração”.⁴⁷

Os manuais tradicionais de moral, anteriores ao Vaticano II, no seu enquadramento geral e na acentuação dos diversos argumentos antepuseram a lei à graça, vendo a graça como ajuda para a observância da lei. Ao contrário, no espírito de todo o NT a graça e o dom da liberdade outorgadas por Jesus Cristo estão absolutamente antes da lei: são vistas como fonte, centro e fim das exigências cristãs. Já era essa a perspectiva de algumas correntes teológicas do AT: a graça e a glória de Deus na aliança que Ele propõe ao povo que se sente querido por Ele (Ex 19) precede a doação da Lei (Ex 20-24). A força da graça que é o Espírito de Deus e de Jesus não só liberta o cristão de qualquer escravidão face a imposições humanas, mas principalmente aponta o caminho do seguimento de Jesus, Caminho, Verdade e Vida. E se objectam que o cristão continua imperfeito apesar do poder da graça, podemos recordar que não se percorre todo o caminho com um só passo. Importante é que em cada circunstância se dê o passo possível e que a direcção de marcha seja fundamentalmente correcta. Atingidos pelo evangelho da liberdade no Espírito de Jesus, os cristãos têm consciência de que não são nem completamente livres nem completamente perfeitos e que precisam de continuar a ser libertados pela Palavra de vida. Mas não é por essa precariedade que hão-de pensar que seriam melhores se se deixassem orientar pela lei.⁴⁸

A “lei do Espírito” também equivale à “lei de Cristo” (Gl 6,2; 1Cor 9,21) e à “lei da fé” (Rm 3,27), regime de relação com Deus que consiste em acolher com um acto de liberdade – um acto de fé que mostra a radical insuficiência do ser humano e exclui a auto-suficiência – o projecto de vida e a própria vida de Jesus ressuscitado.⁴⁹ Esta lei não tem a ver com a lei dos mandamentos ou preceitos: funda-se numa palavra, a do amor, já pronunciada no livro do Levítico (19,18, que Paulo cita em Rm 13,8-10). É uma lei tornada exigência interior,

⁴⁷ *In 2 Cor. 3,6*, Lectio 2: ed. R. CAI, nº 90. É também essa a interpretação de S. AGOSTINHO em *De Spiritu et littera* 21: PL 44, 222.

⁴⁸ Cf. B. HÄRING, *É tudo ou nada*. Mudança de rumo na teologia moral e restauração (Santuário; Aparecida, S. Paulo 1995) 37-57; IDEM, *Vida em Cristo plenificada*. As virtudes do cristão adulto (Perpétuo Socorro; Porto 1998) 15-28.

⁴⁹ Cf. nota da *Bíblia de Jerusalém* a Rm 7,7.

princípio de acção a agir no mais íntimo do ser humano – à guisa do amor materno no coração da mãe – já não só ‘lei espiritual’, dada pelo Espírito Santo, mas ‘lei Espiritual’, que o Espírito, que só Jesus ressuscitado pode comunicar-nos, cumpre em nós: portanto, necessariamente observada se favoravelmente acolhida.

“Lei da fé” opõe-se a “lei das obras” (3,27), a lógica das obras ligadas aos mandamentos (por excelentes que elas sejam), que Paulo compreensivelmente recusa, porque pode facilmente favorecer ou entabular com Deus relações fundadas no princípio e na lógica “dou porque dás e para que dês”, perspectiva mercantil que pretende realizar o próprio destino sobrenatural com as próprias forças, quando em realidade a reabilitação não se conquista como recompensa devida por Deus mas se recebe como dom: a resposta humana ao apelo divino é gratuita (Rm 4,4). É a quinta-essência do pensamento paulino.⁵⁰ Desde a obra salvífica realizada por Jesus, a eficácia e o valor desta não resulta do cumprimento duma lei ou dum rito, mas só da fé no Espírito de Jesus que vivifica o cristão: não se é justo pelo cumprimento da lei mas pela fé (Rm 4 e 10,9).

Para entender este ponto da “boa nova” de Paulo, conviria frisar que “Lei” sem mais em Paulo se refere à lei judaica ou *Torah*, que é uma noção mais englobante do que o nosso conceito de “lei”. Envolve, em primeiro lugar, os cinco livros do Pentateuco, reservatório da revelação de Deus para Israel, onde se compilou a legislação israelita, atribuída a Moisés; é neste sentido que ele diz que “a lei é santa, e santo o preceito e justo e bom..., a lei é espiritual” (Rm 7,12-16) e não perdeu totalmente autoridade. Mas também é o corpo de tradições orais cheias de leis, mais tarde consignadas nos escritos rabínicos e no Talmude, e ainda o conjunto legislativo contido no Pentateuco, que os mestres de Israel sintetizaram em seiscentos e treze mandamentos.⁵¹ É neste sentido que estava totalmente ultrapassada e era objecto das críticas de Paulo. Por analogia, muita moral que se fez sucessivamente ao longo da história do cristianismo poderia cair sob a crítica de Paulo.

A fé no Espírito de Jesus fez ver a Paulo que não podia pregar o Deus de Jesus sem romper com o esquema judaico de salvação pela lei.

⁵⁰ Cf. M. QUESNEL, *Les chrétiens et la loi juive*. Une lecture de l'épître aux Romains (Lire la Bible 116; Cerf; Paris 1998) 28-31.40-46.65-75.

⁵¹ Os mestres fariseus tinham tirado da “Lei” de Moisés seiscentos e treze preceitos miudinhos de complicada casuística a observar escrupulosamente, cuja minuciosidade Jesus tinha contestado nas controvérsias com os escribas, resumindo-os todos numa exigência essencial, o duplo mandamento do amor (Mt 22,34-40; 23,23; Mc 12,28-34; Lc 10,25-28).

O cerne da questão era: não é a lei nem o seu cumprimento fiel a estabelecer a boa e ideal relação com Deus; esta dá-se a outro nível. A relação com Deus é salvífica. E a salvação presenteada ao crente por Deus não tem nada a ver com a lei, entendida como observância de mandamentos, e com a lógica das acções, mas antes com a lógica da fé; a sua fonte é a graça e o amor de Deus por mérito da vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo. É sem a lei, independentemente dum código legislativo, e só pela fé que essa graça nos atinge e justifica. Em Jesus Cristo o crente passou duma lógica das obras a uma lógica da fé: “o fim da lei é Cristo, para que seja reabilitado todo aquele que crê” (Rm 10,4).⁵² Com Cristo os cristãos morreram à lei (Gl 2,19; Rm 7,4-6), da qual Ele os resgatou para fazer deles filhos adoptivos de Deus (Gl 4,5). A prática das obras em cumprimento da lei, não omitida do processo salvífico mas suposta, não é primeira mas segunda: não é princípio de salvação nem dá direito à graça de Deus, mas resposta e continuidade da mesma: “recebestes o Espírito pela prática da lei ou pela recepção crente da Palavra?... Aquele que vos dá o Espírito e realiza milagres entre vós fá-lo porque cumpris a lei ou pela recepção crente da Palavra?” (Gl 3,2.5)

Já é esta a lógica que desponta do evangelho de Jesus: não é o *princípio da segurança*, que a lei conferia, mas antes a *segurança do princípio*, o amor de Deus, que justifica o crente (Lc 18,9-14). O que cumpre escrupulosamente a lei é capaz de invocar os seus direitos (mais do que os seus deveres) diante de Deus, pondo a lei por testemunha da própria justificação; todavia, a segurança e autosuficiência humana não justifica diante de Deus mas só diante da sociedade. Ao invés, o que se sente imperfeito diante de Deus não se pode defender nem fundamentar na lei; refugia-se só na segurança da “compaixão de Deus”, que, não atendendo a méritos, justifica de certo gratuitamente. Certo, a proliferação de normas morais não quer anular a lógica da graça em que vive o fiel, mas tampouco deveria gerar o mesmo espírito e função análoga àquela que Paulo atribui à Lei judaica, com todos os riscos apontados e com a negatividade que ela implicava. A multiplicação das leis morais até ao ponto de regular todos os pormenores da acção do cristão, corre o risco de o infantilizar.

Obviamente, atender à “lei do Espírito” não significa ficar-se nas intenções e nos bons sentimentos, nem cair no amoralismo ‘fora de lei’,

⁵² “Fim” pode significar “finalidade, cumprimento, objectivo”; mas certamente contém a significação de “cessação, abolição”: cf. S.R. BECHTLER, “Christ, the *telos* of the Law: The Goal of Rm 10:4”, *The Catholic Biblical Quarterly* 56 (1994) 288-308; A. GIGNAC, “Le Christ, *telos* de la loi (Rm 10,4)”, *Science et Esprit* 46 (1994) 55-81.

nem uma rebelião radical contra a existência de leis morais que regulem a vida cristã, social e familiar, nem imaginar a Igreja actual sem normas que apontem caminhos de vida e protejam os fiéis de atentados à dignidade da sua pessoa e aos seus direitos. Em regra, a verdade é polifónica. E uma sociedade organizada vai-se ordenando no interior duma estrutura com certas leis. Aliás, a fidelidade à aliança e amizade com Deus supõe o cumprimento da sua vontade: “se me amais guardareis os meus mandamentos” (Jo 14,15; cf. 14,21.23-24; 15,14). O que se quer dizer é que o essencial e mais profundo da vida dos “ungidos” de Deus não pode reger-se por leis. Se uma amada, para fazer a vontade do seu amado, precisa duma lei que se lhe imponha e a tal a obrigue desde fora, que amor será esse? O cristão não afere nem pauta a própria conduta por um código legal ou penal mas pela própria consciência e dignidade que lhe advém da sua filiação divina. Regular a vida moral com leis será sempre um elemento secundário e a lei não pode tender insensivelmente, como acontecera à Lei judaica no tempo de Paulo, a assumir a função de elemento essencial nas relações dos cristãos entre si e com Deus. Entre as condições para ser discípulo de Jesus nunca se menciona no NT a observância da lei. O que caracteriza as formas de existência cristã não é um feixe de regras morais mais ou menos rigorosamente cumpridas, nem apenas a imitação de atitudes de Jesus mediante um piedoso mimetismo, mas a obediência ao seu Espírito de ressuscitado, recebido como dom gratuito que transforma a pessoa por dentro. As leis morais têm uma função pedagógica, mas não podem ser o movente de acção dos “ungidos” pelo Espírito do “Ungido” de Deus, “selados com o Espírito Santo prometido” (Ef 1,13-14). E a vida da Igreja é mais fecunda abrindo-se à profusão do Espírito de Deus (que suscita os carismas de cada baptizado) do que deixando-se orientar por leis (que devem existir, mas não espartilhar e amarrar). A liberdade no Espírito discernirá o que mais convém em cada circunstância concreta; para Paulo, um critério seguro é a procura do bem do outro e de todos (1Cor 10,23-11,1). Ser livre significa agir, não em virtude duma lei externa, mas por amor: ideal difícil de atingir, mas para o qual é preciso tender, sob pena de espiritualmente permanecer criança, sem atingir pleno desenvolvimento. As muitas normas de vida e os preceitos morais não terão de ser observados por si mesmos mas como iluminação do coração em ordem ao que importa e basta praticar acima de tudo: “amar-se cordialmente uns aos outros” (Rm 12,10).

O caso concreto do código rodoviário promove a compreensão, seja da utilidade e necessidade, seja da insuficiência das leis exteriores para os seres humanos espiritualmente imperfeitos. Se todos tivessem

agudamente o ‘sentido do outro’ e a preocupação por não fazer aos outros o que não queremos que nos seja feito a nós, salvaguardando do perigo a nossa vida e a alheia, poderíamos prescindir dum código rodoviário. Porque não somos perfeitos mas de condição frágil, ele existe e só um idealista ingénuo pretenderia uma sociedade (política, religiosa, eclesial) sem leis. Todavia, não há código da estrada, nem vigilância policial, nem aperfeiçoamento das estradas que dê segurança ao tráfego enquanto a consciência pessoal do condutor não alcançar a maturidade espiritual ou moral. Esta maturidade actua em virtude da própria vontade rectamente formada e não por imposição duma obrigação exterior. O automobilista cristão não deveria cumprir as regras do código por haver manobras permitidas ou proibidas e por a polícia poder castigar a sua infracção com uma coima, mas por exigência interior de amor à vida humana, própria e alheia. Não rechaça a lei (excepto em caso de leis obsoletas e sem sentido), que regula o seu andamento com balizas de precaução; mas a lei não é a razão do seu agir, nem é a lei que lhe dá força para ser perfeito nesse ponto e satisfazer uma exigência de amor. Noutra campo de comportamento humano, posso cumprir as normas que regulamentam o relacionamento do professor com os alunos e odiá-los ou reprimi-los.

O conteúdo e funcionamento da lei interior como lei do Espírito ainda se entende melhor quando a ilustramos com a afirmação de Gl 5,22-25: “o fruto do Espírito é amor, alegria, paz, tolerância, afabilidade, generosidade, lealdade, simplicidade, autodomínio; contra tais coisas não há lei [estas coisas estão para além da lei], pois os que são do Ungido Jesus crucificaram a debilidade humana com as suas paixões e os seus desejos; se vivemos segundo o Espírito, actuemos também segundo o Espírito”. Um espiritual conhece o que tem a evitar (a lista de males que Paulo elenca imediatamente antes) e que todas estas virtudes são múltiplos aspectos ou expressões dum único fruto, o amor. Ou seja, o cristão unido ao Cristo pela fé não precisa duma lei que lhe dite desde fora a forma de comportar-se, porque já cumpre a lei do Espírito.⁵³ Aliás, a lei é impotente para fazer triunfar o espírito sobre a fraqueza humana, para salvar do pecado e estabelecer-nos na devida relação com Deus. Mesmo que propusesse o mais sublime dos ideais e por mais perfeita que fosse, a lei do Sinai, como qualquer lei moral, não seria

⁵³ Com a efusão do seu Espírito “o que Jesus oferece não é uma nova norma extrínseca..., mas uma nova força interior, uma transformação interior do homem, algo que actua, não como um princípio imposto desde fora, mas como algo que «habita em nós»”: J. VIVES, “Ni esclavos de la ley ni flotando en la anarquía. «Libres en el Espíritu»”, *Sal Terrae* 82/3 (1994) 176.

capaz de transformar o coração humano nem fazer de um ser de carne um ser espiritual a viver da própria vida de Deus: do facto de ter sido dada uma ordem não segue necessariamente a sua observância (Rm 7,18-25). Como ela não liberta o homem de si próprio, a confiança nela e o apego a ela enquanto sistema salvífico é outra fonte de sujeição e de incapacidade e sinal de abandono da graça de Jesus Cristo. O apego às formas e ao sistema gera falta de misericórdia e por vezes dominação subtil, uma tremenda inércia de estruturas e falta da chama da caridade. A Lei como norma exterior de vida não tem a função de remover o pecado; permite a transgressão e revela ao crente pecador o seu estado e a sua condição ou fraqueza da “carne”, sem lhe dar remédio: “ninguém poderá ser declarado justo diante de Deus aduzindo que cumpriu as obras da Lei, pois a função da lei é dar consciência do pecado” (Rm 3,20; cf. 7,7-13 e Gl 3,11.21-22). Era por cumprir a lei à risca que os judeus cortavam relações com os não judeus e até com os correligionários menos zelosos; a lei abria e justificava novas formas de imperfeição e até de pecado (cf. Mt 5,17-48 e Mt 23). Jesus demarcou-se do Judaísmo dos seus conacionais mais nitidamente no ponto da lei: enquanto a lei era o que identificava o judeu entre os outros, para Jesus o que identifica o seu discípulo é o mandamento do amor mútuo (Jo 13,35).

A transgressão, só possível no interior dum sistema legal, não é mais do que o aspecto moral e exterior de um desvio actual da nossa capacidade de amor. Só o Espírito de Deus, força e mestre interior, vindo auxiliar a fraqueza e o espírito humano (Rm 8,26) e porque opera no seu íntimo, o capacitará para amar e sair vencedor do pecado. Pelo Espírito prometido, o “Cristo” dá ao homem novo a força interior para realizar o bem que a lei ordenava (Rm 8,4-5). “Caminhai guiados pelo Espírito e então não satisfareis os desejos da fraqueza humana” (Gl 5,16): este aforismo de Paulo manifesta bem como se opõem os dois princípios de acção do cristão, o da “carne” [a debilidade e fragilidade da condição humana e a sede das tendências para o mal e para o pecado]⁵⁴ e o

⁵⁴ “Desejos da carne” (como está escrito literalmente) em sentido paulino não têm a ver com a significação de tendência sexual que sucessivamente lhe foi dada: “carne” indica a pessoa humana enquanto limitada às suas próprias forças, ao poder e aos recursos da natureza humana frágil e, por isso, inclinada ao mal e fechada ao Espírito de Deus. A força da “carne” é fraqueza, comparada com o Espírito. A própria Lei judaica se insere na esfera da “carne”, por não superar o nível da “carne” e não estar aberta à virtude do Espírito. Por isso, Paulo denuncia o erro dos Gálatas, que, tendo recebido o Espírito, voltaram a “satisfazer os desejos da carne”, continuando a observar aspectos da Lei: “começastes pelo [regime do] Espírito e agora quereis chegar ao fim sob o regime da carne?” (3,3). Naqueles que se deixam conduzir pelo Espírito, este desfaz as estruturas da “carne”, as leis que geram estruturas de pecado. Cf. nota da *Bíblia de Jerusalém* a Rm 7,5.

dom do “Espírito”, princípio interior de vida nova (1Tes 4,8, com referência explícita a Ez 36,27 e 37,14), recebido pela fé em Jesus Cristo (Gl 3,2.14: “pela fé recebemos o Espírito da promessa”); esse dom é sinal distintivo dos filhos de Deus: “todos os que se deixam guiar pelo Espírito de Deus são filhos de Deus” (Rm 8,14). Porque o Espírito é (também) o Espírito do “Cristo”, faz que este habite o coração do “cristão” (Ef 3,16-17). Se se deixa conduzir pelo Espírito de Deus na fé, o “cristão” vive espontaneamente conforme a vontade de Deus, recusando as acções às quais leva a apetência da “carne”. E esta proeza não resulta dum automatismo ou de magia; deve-se ao facto de o “Pai conceder que sejais corroborados pela acção do seu Espírito no homem interior” (Ef 3,16) e de “o amor de Deus ter sido derramado nos nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado” (Rm 5,5). Por efeito desse amor somos capazes de amar o outro com o mesmo amor com que o Pai ama o Filho e a nós (Jo 17,26: “Pai..., que o amor com que tu me amaste esteja neles e eu neles”). Não estranha que Paulo diga que “a carne tem apetência contrária ao Espírito e o Espírito contrária à carne, como que são entre si antagónicos” (Gl 5,17). Dada a clareza e radicalidade desta oposição, não poderá a fixação na lei “apagar o Espírito” (1Tes 5,19)?

A ineficácia da lei para salvar também se entende ao pensar no carácter único e inalienável de cada pessoa, cujo carácter relacional a um ‘tu’ humano apenas se realizará perfeitamente na relação ao ‘Tu’ absoluto de Deus. A lei não pode atender a todos os requisitos, às exigências e fraquezas de cada indivíduo, como pode o Espírito de Deus. Não há regra moral que seja válida para sempre e para todos e que estabeleça cada detalhe da acção humana: isto só o faz o Deus vivo, que em cada situação nos pede pelo seu Espírito que façamos o que é correcto e bom ‘para mim’, ser livre, sem atentar contra o bem do “próximo”; só o Deus vivo se torna para nós a verdade que convence e nos determina decisivamente a agir bem. E nem a lei tem o direito ou a função de arrancar a débil pessoa humana da luz, da ternura e do amor que o Espírito de Deus lhe queira dispensar e ao qual a pessoa pode responder numa linha não contemplada pela lei ou à margem da lei. Para fugir à acusação de individualismo e anarquia, aquele que diz agir segundo o Espírito de Deus tem de armar-se da noção de responsabilidade que a pessoa ou a comunidade tem na difícil tarefa da própria libertação em colaboração com a graça do Espírito de Deus. Jesus é quem liberta da lei do pecado e da morte, mas a pessoa tem de se deixar libertar e trabalhar para isso. Jesus, em vez de ditar uma moral, apelou para a conversão e para o reino de Deus contando parábolas, que exercem irresistível força atractiva no agir e no comportamento vital das pessoas e pelas quais Deus fala às pessoas e age nelas.

O próprio Paulo deixou orientações e disposições morais às comunidades por ele fundadas, mas nenhuma directiva moral é apresentada como tendo força de lei e então apresenta-as sob a convicção geral de tentar formar principiantes nos caminhos do Espírito.⁵⁵ Esclarece assim os Coríntios:

“Recebemos... o Espírito que vem de Deus para conhecer as graças que Deus nos outorgou, das quais falamos... com palavras aprendidas do Espírito, explicando temas espirituais a homens de espírito; o homem [abandonado aos seus recursos] por sua natureza não aceita a maneira de ser do Espírito de Deus...; e não pode captá-la porque deverá ser ajuizada com o critério do Espírito; pelo contrário, o homem de Espírito pode ajuizar tudo, enquanto a ele ninguém o pode ajuizar... O nosso modo de pensar é o de Cristo. Por minha parte, irmãos, não pude falar-vos como a gente de Espírito, mas como a gente débil, como a crianças em [relação ao conhecimento de] Cristo. Dei-vos a beber leite, não alimento sólido, porque ainda não o podíeis suportar. Nem o suportais ainda no presente, pois ainda seguis a fraqueza natural. Enquanto houver entre vós rivalidade e discórdia, não é verdade que seguis a fraqueza natural e procedeis de maneira humana?” (1Cor 2,12-3,3).

Se, por um lado lhes propunha a ideal “lei do Espírito”, sabia que a maioria ainda não “vivia em Cristo” de modo a possuir autonomia para a acção “cristã”; só por isso lhes ditou regras morais mínimas. Se todos os cristãos fossem justos não haveria necessidade de leis para praticar a justiça. Em geral, a lei intervém para reprimir uma desordem estabelecida, porque “a carne tem apetência contrária ao Espírito” (Gl 5,17).

Se Paulo atribui à lei a função de dar a conhecer o pecado (Rm 7,7.12-14) e de ser pedagogo⁵⁶ a preparar a vinda de Jesus (Gl 3,24-25), também é elucidativo o princípio paulino:

“a lei não foi instituída para o justo mas para os prevaricadores e rebeldes, para os ímpios e pecadores, para os irreligiosos e profanadores, para os parricidas e matricidas, assassinos, adúlteros, homossexuais, traficantes de seres humanos, mentirosos, perjuros e para todos os que se opõem à sã doutrina, segundo o evangelho da glória de Deus bendito que me foi confiado” (1Tim 1,9-11).

⁵⁵ Cf. S. LYONNET, “La vocazione cristiana alla perfezione secondo S. Paolo”, *La vita secondo lo Spirito, condizione del cristiano* (I. de la POTTERIE - S. LYONNET) (Teologia oggi 1; A.V.E.; Roma 1971) 259-284.

⁵⁶ Era o escravo da família incumbido, não de ensinar, mas de *levar as crianças* ao mestre.

A respeito destes prevaricadores, a lei supre de algum modo a luz que o Espírito é impedido de dar e permite-lhes tomar consciência do seu estado de pecadores, de pessoas já não animadas pelo Espírito.⁵⁷

Os Actos dos Apóstolos testemunham outra forma exemplar de pensar e agir “segundo o Espírito”. No concílio apostólico de Jerusalém, reunido para decidir se a Igreja deveria obrigar os convertidos do paganismo a observar as leis judaicas, Pedro afirma que

“Deus lhes concedeu o Espírito Santo como a nós e... purificando pela fé os seus corações; agora, pois, porquê tentais a Deus, querendo impor no pescoço dos discípulos um jugo que nem os nossos pais nem nós fomos capazes de suportar? Nós acreditamos antes que nos salvamos pela graça do Senhor Jesus, da mesma forma que eles” (15,8-11).

O critério decisivo para dirimir a dificuldade não apela para leis feitas por homens que afinal não se cumprem, mas para a escuta fiel e criativa do Espírito de Deus, que faz assumir o seu projecto de vida e, logo, dá a salvação, que era e é sempre o que, em definitivo, importa. Enquanto se investir mais em aprender normas de comportamento moral do que a meditar as Sagradas Escrituras (especialmente o NT) inspiradas pelo Espírito de Deus, que também se comunica nelas, não captaremos a mensagem de Jesus nem assimilaremos o essencial do cristianismo. Uma coisa é certa: que o tema central da teologia de Paulo é que a salvação do cristão se realiza pela virtude do Espírito de Jesus Cristo.

A importância e as exigências da “lei do Espírito” com todas as suas implicações entendem-se melhor ao perceber o “cristão/ungido” como “nascido do Espírito” (Jo 3,5.8). Nascido do Espírito e alimentado com perseverança pela mensagem de Jesus, rege-se pelo que lhe dita o Espírito, impulsor de todas as suas empresas, orientadas para o fomento da comunhão com Deus e com os outros enquanto vistos em Deus. A palavra de Jesus, assim presente no crente, confere-lhe um sentido íntimo da verdade das realidades para ele. Atingido um alto grau de maturidade espiritual, só importa que permaneça em comunhão com Jesus e se deixe instruir pela sua palavra (Jo 5,38; 8,37; 15,7; 1Jo 2,14). É o que a 1Jo 2,20.27-28 ensina aos “cristãos”: “estais ungidos pelo Santo e todos tendes já conhecimento...; a unção que d’Ele recebestes

⁵⁷ Cf. S. LYONNET, “Libertà e legge dello Spirito secondo S. Paolo”, *La vita secondo lo Spirito, condizione del cristiano* (I. de la POTTERIE - S. LYONNET) (Teologia oggi 1; A.V.E.; Roma 1971) 201-234; IDEM, *Il vangelo di Paolo*. Meditazioni sulla lettera ai Romani (Marietti; Torino 1971) 104-125; IDEM, *San Pablo: Libertad y ley nueva* (Estela 18; Sígueme; Salamanca 1967) 67-72.

permanece em vós e não precisais de que ninguém vos ensine; como a sua unção, que é realidade e não ilusão, vos ensina em todas as circunstâncias, continuais [em comunhão] com Ele; continuai, pois, meus filhos, [em comunhão] com Ele”. Esta realidade interior da “unção” (ou “unguento, óleo de unção”) é o resultado da acção divina que faz com que se aceite na fé a Palavra de verdade; é a verdade “que permanece em vós”, a *Palavra de Jesus Ungido percebida na luz da fé, acolhida e aceite na Igreja*, mas enquanto interiorizada ou *tornada iluminação interior e objecto de fé no coração do cristão sob a acção e graça do Espírito* em forma de ensinamento ou instrução; é a Palavra de Jesus recordada e interiorizada pelo seu Espírito (Jo 14,26), tornada fonte de instrução interior, para que os crentes vivam dela; realmente, o Espírito tem a missão de comunicar o sentido cristão da história e fazer descobrir em tudo vestígios dos planos de Deus (Act 20,27). Então, instrução interior do Espírito e ensino exterior da Igreja não se opõem, porque este, a Palavra de Jesus, foi interiorizado pela fé. Em Paulo esta “unção” é a acção com que Deus provocou a fé nos cristãos, por meio da Palavra que ouviram antes de ser marcados com o selo do Espírito no baptismo (2Cor 1,21). Tanto em Paulo como em João trata-se duma unção espiritual mediante a fé, a Palavra que provém de Jesus Cristo e actua interiormente por obra do seu Espírito. Permanecer na Palavra de Jesus, eis o que se exige a quem queira ser seu discípulo e “conhecer a verdade” (Jo 8,31-32). Esta Palavra instruiu inicialmente e continua a instruir enquanto se permanecer nela; ela é o “óleo de unção” com que o Espírito unge o coração dos crentes. S. Agostinho comenta, a propósito desta passagem bíblica,⁵⁸ que só o Mestre interior pode realmente ensinar o crente; sem a sua “unção” interior resta vão o esforço do pregador, o que não implica a inutilidade da instrução da Igreja, pois o próprio autor da carta a reclama (2,24; 4,6).

Como pode, então, declarar que os crentes não precisam de instrução? É que para João a fé é uma realidade dinâmica e interior, que supõe um progresso contínuo até à perfeita comunhão com Deus; por isso, tem a tendência a ver a vida cristã no absoluto da perfeição, como se cada crente já realizasse plenamente o seu ser e pusesse em acção todos os seus recursos espirituais. É o que explica que ele afirme que o cristão “não pode pecar, porque nasceu de Deus” e vive n’Ele e “porque a sua semente permanece nele...; todo o que permanece n’Ele [Jesus Cristo] não peca” (1Jo 3,9): na medida em que deixa actuar o Espírito e a Palavra de Jesus nele, na medida da sua docilidade à

⁵⁸ PL 35, 2004-2005.

Palavra de Deus, divina semente de vida que traz no seu interior (1Jo 2,7.14.24), é guiado por esse dinamismo que o habita, desentende-se do pecado e torna-se impecável, incapaz de optar pelo mal; o “ungido” está numa nova condição em relação à situação anterior:⁵⁹ “sabemos que todo o que nasceu de Deus não peca, porque o preserva o Gerado por Deus” (1Jo 5,18). De forma semelhante, para Paulo o ser humano justificado saiu de tal maneira da zona de influência do pecado que o pecado teoricamente já não faz parte da sua existência. Na medida em que intensifica e aprofunda a sua vida cristã, poderá prescindir do sustentáculo duma disciplina ou lei exterior. A atracção do Pai, a Palavra de Jesus (e a bíblica em geral) e o apelo constante do Espírito penetraram nele e exercem nele uma força maior do que qualquer lei ou instrução exterior; transporta em si a fonte de instrução, é instruído directamente por Deus, Mestre directo por mediação do seu Espírito: “Deus faz-vos dom do seu Espírito Santo; quanto ao amor mútuo, não precisais de que vos escreva, já que vós fostes instruídos por Deus para vos amardes mutuamente” (1Tes 4,8-9; cf. Jo 6,45; Is 54,13 e Jer 31,33-34). A Palavra de Deus, germen de vida, está na origem do renascimento divino do cristão, outorgando-lhe a força para agir segundo a vontade de Deus. Afirma-o com toda a convicção a 1Ped 1,22-23: “Já purificados interiormente pela resposta à verdade, que conduz ao amor sincero dos irmãos, amai-vos uns aos outros intensamente e de coração puro, pois renascestes, não de uma semente mortal, mas de uma imortal, por meio da Palavra de Deus viva e permanente” (cf. 1,24-25). Esta Palavra, que para Pedro é a “boa nova anunciada”, para João (1,1.14) é o Filho de Deus em pessoa. Paulo vê no Espírito o princípio que nos constitui filhos de Deus (Rm 6,4), Espírito que é o dinamismo da Palavra.

Em toda esta atmosfera espiritual compreende-se a asserção de Paulo: “ninguém pode dizer ‘Jesus é maldição’ se fala impulsionado pelo Espírito de Deus; nem ninguém pode dizer ‘Jesus é Senhor’ se não for impulsionado pelo Espírito Santo” (1Cor 12,3). Ou seja, seria contraditório prescindir de Jesus estando imbuído do seu Espírito; e o testemunho a respeito de Jesus é dado pela força do seu Espírito. O Espírito possibilita interpretar o acontecido em Jesus como acção de Deus. A acção do Espírito aparece como condição imprescindível para uma plena confissão de Jesus como “Ungido” de Deus. Vai nisso, não tanto um estreito relacionamento causal, mas antes a certeza de que a dimensão da

⁵⁹ Cf. I. de la POTTERIE, “L’impeccabilità del cristiano secondo 1 Giovanni 3,6-9”, *La vita secondo lo Spirito, condizione del cristiano* (I. de la POTTERIE - S. LYONNET) (Teologia oggi 1; A.V.E.; Roma 1971) 235-258.

afirmação “Jesus é Senhor”, ao fim de contas, se escapa à compreensão humana. Essa visão, mesmo depois da Páscoa de Jesus só é possível quando Deus na sua acção dinâmica gera e apoia esta convicção crente.

Isto é assim também porque o “nascido do Espírito” para uma vida nova, uma vida de fé, fica dotado de uma nova maneira de ser e de agir, que só o Espírito pode suscitar e desenvolver: o “cristão” permanece “nascido do Espírito” precisamente na medida em que corresponder a esse novo nascimento; a vida do crente é uma vida segundo o Espírito.⁶⁰ Esta interpretação assenta outrossim na plenitude de significado em João do verbo “permanecer”: se o “óleo de unção permanece” no “cristão” e exerce nele toda a sua eficácia, não precisa de instrução desde fora.⁶¹ Quem vive segundo o impulso do Espírito é como quem “nasceu de Deus”: “o amor é de Deus e todo o que ama nasceu de Deus e conhece Deus” (1Jo 4,7). Sendo tão sublime esta doutrina, o ficar com a impressão de o cristão pertencer a um arrogante grupo de puros anárquicos seria perverter e profanar a recta compreensão da liberdade cristã.

3.6. *O Espírito de Deus e a liberdade cristã no amor*

A consequência mais importante da interiorização do princípio salvífico e do impulso para a acção cristã é a de que ele influencia precisamente a fonte de actos humanos e da sua moralidade: *a liberdade*. Paulo estabelece entre a liberdade do cristão e o dom do Espírito a mesma relação que o Judaísmo punha entre a liberdade de Israel e o dom da lei; a “lei do Espírito” é a lei da liberdade: “onde está o Espírito do Senhor aí está a liberdade” (2Cor 3,17); alcança a verdadeira liberdade interior quem se deixa mover pelo ímpeto do Espírito de Deus. Se se pode ler a história do povo bíblico como trajectória e procura da liberdade humana, desde a sua falta total mesmo a nível físico (escavidão no Egipto, desterro na Assíria e em Babilónia), até à escavidão dum sistema legal opressivo ou repressivo e à escavidão da fragilidade humana, do pecado e da morte, então a liberdade, que faz um povo e o povo eleito de Deus, foi plenamente conseguida por acção do Espírito de Deus, Pai e Filho. À estreita ligação já indicada, na história que

⁶⁰ Cf. I. de la POTTERIE, “«Nascere dall’acqua e nascere dallo Spirito». Il testo battesimale di Giovanni 3,5”, *La vita secondo lo Spirito, condizione del cristiano* (I. de la POTTERIE - S. LYONNET) (Teologia oggi 1; A.V.E.; Roma 1971) 35-74.

⁶¹ Cf. I. de la POTTERIE, “L’unzione del cristiano con la fede”, *La vita secondo lo Spirito, condizione del cristiano* (I. de la POTTERIE - S. LYONNET) (Teologia oggi 1; A.V.E.; Roma 1971) 125-199.

culminou em Jesus Cristo, entre Espírito, Palavra e povo de Deus, pode juntar-se agora o cimento da liberdade. Os discípulos de Jesus libertador, imbuídos do seu Espírito, perceberam que só há uma maneira de esmagar a escravidão: é transformar por dentro o sistema opressivo, o coração dos escravos e escravizadores. Ora, essa é a operação realizada pelo Espírito: mudar o ser humano a partir de dentro, torná-lo capaz de passar sem a escravidão, de erradicá-la de si próprio para ajudar outros a superá-la. O “Espírito infundido nos nossos corações” eleva a liberdade à sua mais perfeita expressão e pureza, purificando-a da desordem que o pecado ou o egoísmo desencadeiam na vontade humana. “Paulo concebe a liberdade do cristão não só como uma libertação do pecado mas precisamente como libertação de qualquer lei, vista como norma imposta ao homem desde fora, precisamente à maneira da lei do Sinai”.⁶²

A liberdade para a qual o Ungido de Deus nos libertou é um dos efeitos mais claros do Pentecostes cristão. A lei ilustra o entendimento sobre o que é bom ou mau; o dom do Espírito, acolhido amorosamente, transforma suavemente por dentro, capacita a desejar e realizar o bem reconhecido como o mais próprio, não como imposição extrínseca, mas como movimento interior que impele a fazer a vontade de Deus como exigência do amor a Ele; e confere a liberdade de descobrir uma nova possibilidade de se relacionar com Deus e o amar. O Espírito de Deus não está unicamente no antigo, na tradição do passado. Também suscita o novo, que é uma reinterpretação e um enriquecimento da tradição. Está onde germina a vida, onde se realiza a liberdade e onde se assume a responsabilidade. O preço da liberdade cristã é um constante e crítico discernimento, praticado no Espírito de Jesus, que dá luz e força para escolher o que edifica e, portanto, de assumir responsabilidades. Em vez dum sistema absoluto de normas, o cristão tem sempre por diante o desafio de discernir em todos os momentos da sua história pessoal e social o que se conforma mais com a sua condição de sequaz de Jesus Cristo e com o novo povo de Deus. De facto, a tendência espontânea de muitas pessoas não é para a liberdade responsável mas antes para a segurança e tranquilidade, para o qual se sujeitam a grandes sacrifícios, sacrificando até a liberdade. Ao invés, o Espírito constitui o cristão em estado de responsabilidade, que também tem os seus custos, mas oferece em troca a liberdade. E resta a certeza de que esta mensagem de liberdade não conduz à anarquia, nem à libertinagem nem a uma sociedade permissiva, mas procura a construção da comunidade do povo de Deus.⁶³

⁶² S. LYONNET, *La carità pienezza della legge secondo san Paolo* (A.V.E.; Minima 52; Roma 1971) 88-89.

⁶³ Cf. J. COMBLIN, *O Espírito no mundo* (Meditações evangélicas 7; Vozes; Petrópolis 1978) 54-72.

Assim, o característico da existência cristã não é viver meramente conforme a um código de leis morais, mas sim exercer responsabilmente a “liberdade de filhos”, com atenção crítica às exigências do Espírito (maiores do que as das leis), que, tornando-nos filhos de Deus, nos leva a reconhecer Deus como Pai (Gl 4,4-7) e o semelhante como irmão. Realmente, a autêntica liberdade é a que acontece na fraternidade e fomenta o serviço do amor. Ao princípio da liberdade cristã Paulo acrescenta o princípio da caridade, que lhe é correlativo. O Espírito é a fonte de ambos. O cristão é livre em vista do serviço ao próximo por amor desinteressado e libertador: livre da servidão para o serviço.⁶⁴ A coerência desta doutrina com a centralidade do “mandamento novo” do amor fraterno em Jesus e Paulo dá mais força a ambas. É esse o sentido mais genuíno da explicação de Jesus de que “não veio abolir a Lei e os Profetas [= o AT] mas levá-los à sua perfeição” (Mt 5,17-19): perfeição que não consiste no mero cumprimento do que está mandado mas na conquista e posse dos valores humanos e últimos, para além do que se pode encerrar em preceitos. Face aos fariseus, zelosos do cumprimento escrupuloso da letra da lei, Jesus preconiza a plena realização humana, resposta muito pessoal e personalizada às exigências do Espírito na comunidade. Não é questão de cumprir leis à risca (quem se realizaria na vida a cumprir leis? é possível viver bem de outra forma!), mas de amar sempre o semelhante; não é o cumprimento estrito da lei que comunica o Espírito, mas sim a escuta e o acolhimento do Espírito com coração aberto que satisfaz o espírito da lei; não é o cumprimento literal da lei que de per si põe em comunhão com Deus, mas a comunhão com Deus pelo seu Espírito que descobre em cada momento ‘a vontade de Deus para mim, para nós’. O Espírito sugere a palavra forte e eficaz, que não é totalmente nova e é a de Jesus enquanto Cristo: “o Espírito Santo vos recordará tudo o que eu vos disse” (Jo 14,26).

Assim, toda a moral cristã é reconduzida ao *amor*. A “lei do Espírito” praticamente encerra-se no “mandamento novo do amor”, testamento de Jesus (Jo 13,33-35; 15,17; cf. 1Ped 1,22), curiosamente pronunciado em estreita ligação com a promessa do envio do seu Espírito ao coração dos discípulos. Paulo percebeu bem o cerne da mensagem de Jesus: “ajudai-vos mutuamente a levar os vossos pesos e cumprireis assim a lei de Cristo” (Gl 6,2; cf. 5,14), pois “quem ama o próximo cumpriu a lei; de facto..., todos os outros preceitos resumem-se nesta fórmula: ‘amarás o teu próximo como a ti mesmo’; o amor não faz mal ao próximo; portanto, o amor é a lei na sua plenitude” (Rm 13,8-10).⁶⁵

⁶⁴ Gl 5,13-14; Rm 6,18-19; 15,2; 1Cor 9,19.

O amor não é em si uma norma de acção, mas uma força dinâmica. Por exemplo, o preceito eclesial que obriga o católico a participar na Eucaristia dominical não se dirige ao fervoroso que sente o apelo do Espírito e a necessidade interior de alimentar a sua comunhão com Deus, mas para recordar tal exigência aos espiritualmente indolentes ou desleixados. O cristão fervoroso não se subtrai a esse preceito, mas não precisa dele e está por cima dele, como uma mãe que ama o filho cumpre o preceito de “não matar”, sem, porém, o ter como ponto de referência, pois supera a exigência dele: ela não mata o filho porque há um mandamento de “não matar” mas pelo amor materno que a determina em tudo o que faz pelo filho. Igualmente passar sem roubar é pouco face ao essencial espírito de respeito pelo bem alheio e pelo direito humano à propriedade legítima. Vale aqui a observação de S. Tomás de Aquino:

“Quem actua por si próprio actua *livremente*, enquanto que quem recebe o impulso de outro não age livremente. Assim, quem evita o mal, não por ser um mal mas por causa dum preceito do Senhor, não é livre; quem, ao invés, evita o mal por ser mal é livre. Ora, é isto o que faz o Espírito Santo, que aperfeiçoa interiormente o nosso espírito comunicando-lhe um bom dinamismo, de modo que se abstém do mal por amor”.⁶⁵

O cristão animado pelo Espírito de Deus age em virtude da própria exigência de amor que o Espírito lhe comunica e não por imposição externa.

Posto isto, torna-se necessário encontrar a arte de viver sem a lei sem ser um ‘fora-de-lei’. É notável que Paulo, por exemplo na carta aos Romanos, depois de lhes dizer que “já não estão sob a lei” e ao exortá-los à prática do bem, abandona por completo a palavra ‘lei’, excepto para significar que “quem ama o próximo cumpriu a lei” e que “o amor é a lei na sua plenitude” (Rm 13,8-10). Deixando de lado o vocabulário ético, usa o cultural, convida os cristãos a “oferecer o próprio corpo [= existência] como vítima viva, consagrada, agradável a Deus, como culto autêntico; e não vos conformeis a este mundo, mas ide-vos transformando pela renovação da mentalidade, para discernir o que é vontade de Deus, o bom, o conveniente, o perfeito” (Rm 12,1-2). Paulo põe a fasquia alta, sugerindo que a alta dignidade da vida

⁶⁵ Cf. S. LYONNET, *Il vangelo di Paolo*. Meditazioni sulla lettera ai Romani (Marietti; Torino 19712) 133-139; IDEM, *La carità, pienezza della legge secondo san Paolo* (A.V.E.; Minima 52; Roma 1971) 48-77.

⁶⁶ *In 2 Cor. 3,17*, Lectio 3: ed. R. CAI, nº 112.

quotidiana se exprime no facto de esta ser um autêntico culto a Deus. É nesta dimensão cultural que assenta a dignidade da vida cristã, sem lei. Os critérios do agir moral consistem praticamente em “discernir o bom, o agradável, o perfeito”, sendo a consequência: “o vosso amor seja sem fingimento, detestai o mal, apegai-vos ao bem” (v. 9); o cristão dispõe da inteligência, da consciência e dos juízos interiores para fazer os discernimentos éticos necessários, mas nenhum destes recursos é de tipo legal.⁶⁷ É neste módulo de pensamento que S. João da Cruz inscreve no cimo do monte da perfeição cristã esta divisa indicativa: “A partir daqui já não existe caminho, pois para o justo não há lei”.⁶⁸

A estratégia mais acertada dos cristãos para fazerem frente à crise de valores morais não consiste em endurecer a própria posição no cumprimento da pura e dura lei, mas em que “o amor cresça cada vez mais em penetração e discernimento para tudo, para poder aquilatar o melhor” (Fil 1,9-10) e em imbuir-se do espírito da “boa nova” de Jesus (modelo perfeito de homem), por onde também passa e actua o seu Espírito.⁶⁹ A tarefa deste é levar a Palavra de Jesus (que hoje se encontra nos evangelhos) ao interior dos discípulos e fazer-lha entender à luz da fé, pela captação de todas as suas potencialidades para a vida da Igreja.

Resulta daqui ser impreterível a persistente leitura da Sagrada Escritura, porque há uma inextricável união entre Palavra bíblica e Espírito de Deus. Os profetas de Israel falavam em nome de Deus movidos pelo seu Espírito, no princípio de cada evangelho e do ministério de Jesus este diz-se consagrado e “Ungido” pelo Espírito para a missão de anunciar a “boa nova” do reino de Deus; igualmente sublinha-se a acção do Espírito no começo da missão e dos Actos dos Apóstolos (1,2.5.8; 2,1-41) para serem testemunhas da Palavra de Jesus; e os escritores bíblicos dizem-se “movidos pelo Espírito Santo” para “falar/escrever da parte de Deus” (2Ped 1,19-21). Paulo felicita os cristãos recordando que “vos foi pregado o nosso evangelho [a economia nova da salvação], não só com palavras mas também com poder e com o Espírito Santo, com plena persuasão...; por vossa parte, abraçastes a

⁶⁷ Cf. M. QUESNEL, *Les chrétiens et la loi juive*. Une lecture de l'épître aux Romains (Lire la Bible 116; Cerf; Paris 1998) 93-105, que remata: “au plan éthique, le chrétien est fondamentalement un homme sans loi”.

⁶⁸ Frontispício de *Subida do monte Carmelo*.

⁶⁹ Cf. J. VIVES, “Ni esclavos de la ley ni flotando en la anarquía. «Libres en el Espíritu»”, *Sal Terrae* 82/3 (1994) 171-180; J. SOBRINO, “«Luz que penetra las almas»: Espíritu de Dios y seguimiento *lúcido* de Jesús”, *Sal Terrae* 86/1 (1998) 1-15: “fazer convergir Jesus e Espírito continua a ser tarefa fundamental” (p. 4).

Palavra com gozo do Espírito Santo no meio de muitas tribulações” (1Tes 1,5-6). E os Actos dos Apóstolos relacionam o Espírito Santo com a difusão da Palavra de Deus: Deus age pela sua Palavra mediante o seu Espírito. O Espírito inspirou a Palavra, logo, está na Palavra, especialmente no que Jesus disse e é, Palavra de Deus incarnada.⁷⁰ Para o peregrino pelos caminhos e perigos da vida, Jesus é a Lei Nova, “o caminho, a verdade e a vida” (Jo 14,6) e o seu “evangelho” é o mapa que conduz à vida por caminhos de liberdade. Então “servirão com espírito novo e não com a letra velha” (Rm 7,6).

Qualquer postura defronte de Deus precisa de saber qual seja a Sua vontade: que é bom fazer para ser bom? que quer Deus de mim para me salvar? Ora, para o Judaísmo esta vontade está inteiramente determinada pela lei mosaica (à qual a tradição acrescentou uma série de preceitos para garantir a sua completa observância); o Judaísmo concebia de bom grado o dom da lei como um “ensino” sobre o que o ser humano deveria fazer para agradar a Deus. Só que – retorquia Paulo – aquele é em si impotente para o fazer, sem um princípio que o potencie para tal: este princípio é o Espírito de Deus e de Jesus. No dizer de S. Agostinho,

“[Deus] não nos prescreve mais nada senão que nos amemos uns aos outros... Não é porventura evidente que a obra do Espírito Santo no homem é pôr nele o amor de caridade, segundo as palavras do Apóstolo Paulo ‘a caridade de Deus [com a qual Deus nos ama] foi derramada nos nossos corações por meio do Espírito Santo que nos foi dado’ (Rm 5,5)?... Se encontras em ti a caridade, é porque tens em ti o Espírito Santo... Interroga o teu coração; se nele encontras o amor pelo teu irmão, fica em paz: tal amor não pode estar lá sem que lá esteja o Espírito Santo”.⁷¹

A essência do cristianismo dista muito dum moralismo, segundo o qual o ser humano deveria esperar duma religião o ensino daquilo que deve fazer. Para o cristianismo a vontade de Deus concentra-se num mandamento que implica todos os que o AT enunciava: “amar o próximo como a si próprio”. Jesus simplifica ainda mais a vontade de Deus: “amai-vos como eu vos amei”, dando a vida pela pessoa, considerada “irmão” (Jo 13,34; 15,12).

⁷⁰ Cf. A. dos S. VAZ, “Repensar a teologia da inspiração da Bíblia”, *Didaskalia* 28 (1998) 59-91; J.M. ROVIRA BELLOSO, “El Espíritu en la Iglesia y en la Humanidad”, *Sal Terrae* 82/3 (1994) 198-200.

⁷¹ Coment. In *1Jo*, tr. 6,9-10 e 9,10.

Conclusão

Se já a representação de Jesus enquanto Cristo é muito problemática, porque a imagem não pode ‘imaginar’ e representar a dimensão invisível que a fé descobre n’Ele enquanto ressuscitado e Filho de Deus, mais difícil ainda será tentar ‘imaginar’ ou fixar em imagem material o ‘sopro’-vitalidade-Espírito de Deus sem incorrer numa certa idolatria, porque a realidade duma Pessoa divina que escapa completamente às nossas categorias relacionais não é representável e descritível.⁷² Os símbolos que a Bíblia usa para falar d’Ele não têm nenhum elemento que evoque um rosto. O único que se pode fazer é sugerir e insinuar o que a fé viu. Foi o que fez a arte literária e narrativa dos autores bíblicos, que usaram imagens e especialmente símbolos para comunicar a outros as intuições da sua fé, para deixar entrever alguns sinais visíveis da acção, presença e revelação de Deus numa história de salvação. Arte dos leitores da Bíblia será não cair no erro crasso de interpretar à letra ou de pretender transformar em realidade física, material e histórica o que foi descrito figurativa ou simbolicamente.

⁷² Cf. E. NADAL, “Simbólica do Espírito Santo”, *Broteria* 146 (1998) 210-215.

